



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/06/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Na presidência da oitava audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da quarta audiência pública ao PL 272/2015, que disciplina a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo.

Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade diariamente desde o dia 23 de junho de 2015, e foi publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, em 24 de junho de 2015, e no jornal *Folha de S.Paulo*, em 25 de junho de 2015.

A presente audiência pública tem como objetivo o PL 272/2015, que trata da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, a chamada Lei do Zoneamento, que reúne o conjunto de regras que vão definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Esclareço que este projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito desta Cidade, em cumprimento ao art. 368 do Plano Diretor Estratégico, Lei Municipal 16.050, de 2014, encontrando-se em análise o debate que é a razão primordial desta audiência pública, haja vista a possibilidade de contribuição dos munícipes com vistas a melhorar a formatação da norma que será realizada. Então, a Prefeitura de São Paulo, por obrigação de lei, encaminhou à Câmara Municipal e São Paulo o referido projeto de lei.

Além das audiências públicas, a população poderá acompanhar as discussões através da TV Câmara, Canal 61.4, TV Digital e 13, da NET, e nos *Auditórios OnLine*, ou ainda apresentar contribuições por escrito, ou no *hot site* www.camara.sp.gov.br/zoneamento.

Durante a audiência, os interessados em se manifestar ou apresentar sugestões escritas deverão se cadastrar através de computadores disponibilizados junto à Secretaria dos trabalhos e receber o respectivo protocolo. Todos que queiram fazer a sua reivindicação deverão fazer o registro e sairá com o protocolo para acompanhamento.

Na presente audiência, será discutida especificamente a região de Guaianases. Informo que a presente audiência pública terá a duração necessária e a exposição do projeto,

por um representante da Secretaria Municipal de Política Urbana, por aproximadamente quinze minutos, nos termos do Art. 86, parágrafo II, do Regimento Interno da Câmara Municipal. A exposição do mesmo projeto será feita pelos Vereadores que estiverem presentes, entre os quais o tempo será dividido. As pessoas presentes que desejarem se manifestar sobre o tema em debate disporão de dois a três minutos, nos termos do Art. 86, parágrafo V, do Regimento Interno da Câmara Municipal. No final, será concedido tempo para algumas explicações do que foi colocado. Caso algum expositor se desvie do assunto, esta Presidência terá de intervir para podermos seguir as normas pertinentes. Isso é previsto inclusive no Artigo 86, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Como já foi mencionado, as manifestações escritas ou documentos poderão ser protocolados digitalmente através do *hotsite* www.camara.sp.gov.br/zoneamento, o qual pode ser acessado através do próprio *site* da Câmara Municipal de São Paulo, sem prejuízo da possibilidade de entregar documentos em papel na própria Câmara Municipal de São Paulo, na Secretaria da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que fica no segundo andar, sala 213-A.

Não será permitida cessão de tempo de palavra de uma pessoa para outra. Às vezes, uma pessoa vem e diz: “Ah, estou falando, mas eu queria que fulano falasse”. Não, esse fulano pode se inscrever e terá a palavra garantida.

Aos interessados em se manifestar, informo que as inscrições estão sendo abertas a partir deste momento, aqui, ao lado da Secretaria.

Então, quero informar aos presentes que a Lei do Zoneamento é uma lei que vai mexer com a vida de cada um, com a sua casa, com o seu quarteirão, com sua rua, com sua região, com seu bairro e vai dar as normas gerais de como vai ser, e a importância de vocês utilizarem o microfone, de encaminharem por escrito, porque amanhã vai dizer onde pode haver comércio, onde vai haver as construções, onde vai haver o desenvolvimento da região ou onde vocês querem que haja esse desenvolvimento.

O Executivo fez a sua parte. Apresentou o esboço geral da lei. Agora, cabe a nós, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e aos Vereadores, fazermos aquilo que vocês querem. Por isso que estamos com 46 audiências públicas já marcadas. Não temos pressa. Se precisar fazer sessenta audiências públicas, vamos fazer. Enquanto não estiver transcrito o sentimento, a vontade e o interesse de cada região, não será colocado em votação na Câmara, porque os 55 Vereadores também vão discutir.

Temos como Relator do projeto o Dr. Paulo Frange, Vereador, e que é um estudioso do assunto, que está levando também com muita seriedade, e o que não queremos é amanhã alguém falar: “Ah, não foi discutido, nós não tivemos oportunidade”. Não. A Cidade que a população quer é aquilo que vamos transcrever. Não é porque o Executivo mandou um projeto que a Câmara vai dizer amém. Isso não existe. Por isso, toda segunda-feira, teremos algumas reuniões temáticas na Câmara Municipal, toda segunda-feira, exceto no mês de julho, que é mês de recesso, mas vamos fazer até o dia 06, vamos entrar no recesso e vamos retomar no mês de agosto. Então, se alguém falou: “Pôxa, não deu tempo, lá em Guaianases, de colocar meu interesse, minha manifestação”, não se preocupe. Você terá outras oportunidades. Quem tiver algo a dizer, poderá fazê-lo por escrito, escrever à mão. Basta levar o papel, dar entrada, pegar o número do seu protocolo ou através dos computadores.

Convido a Sra. Rosana Yamaguti, Diretora de Divisão da Normatização do Uso do Solo, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Por favor, Rosana, sente-se conosco primeiramente, não a chamarei para falar de imediato, não. Pode tomar um fôlego. Obrigado.

Passarei a palavra ao Relator do projeto, Vereador Paulo Frange, que fará uma exposição a respeito do assunto.

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Vereador Gilson Barreto. São apenas três minutos, uma fala muito rápida, para quem tem exatamente um panorama do que ouviremos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que tratou desse projeto com muito cuidado.

Vimos da Cidade Tiradentes e percebemos que boa parte do que era ansiedade

da região está contemplada nessa lei. É uma lei que foi simplificada e ajustou muito a São Paulo real com o que está no projeto de lei, ou seja, estamos buscando da Cidade a informação para que a lei possa realmente contemplar o que a sociedade, ao longo dos anos, tratou com muito cuidado, mas, infelizmente, irregularmente, na visão da Lei de 2004.

A Lei de 2004 esgotou, não tem mais como continuar São Paulo, destruindo, demolindo sobradinhos e fazendo prédios. Agora temos de tratar dentro de um planejamento que envolva desenvolvimento econômico e que envolva também um planejamento urbano com mais qualidade. Essa região não é diferente, terá o seu eixo de desenvolvimento, com certeza, ao longo da Rua Salvador Gianetti, onde há a estação de trem. Aquela região terá a oportunidade de ter edificações quatro vezes o tamanho do terreno, já é uma zona eixo de transformação urbana, que permite a construção mais qualificada, com prédios de uso misto, fachada ativa, que gera emprego e renda, inclusive com o morador/trabalhador trabalhando no local onde trabalha mesmo, muitas vezes.

E, outro eixo de desenvolvimento, de estruturação urbana, importantíssimo, que é a Rua Saturnino Pereira, que sai quase que do sul de Guaianases, cruzando essa região, cruzando a Salvador Gianetti e continuando como Estrada do Lajeado Velho até a altura do Cemitério do Lajeado. É uma zona de eixo prevista, como esse corredor ainda não está aprovado, não está com licitação, com empenho e mais início de obras assinado pelo Executivo, ele entra como área prevista de Zona de Estruturação e, portanto, também aqui poderá desenvolver edificações até quatro vezes o uso do solo, o que é uma importante área para o desenvolvimento econômico.

A área de Guaianases tem uma ocupação do solo, que aconteceu ao longo do tempo, e hoje temos no mapa o desenho bem claro de uma parte – as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social tipo um, que são ocupações irregulares etc. – e, do outro lado, uma Zona Mista. Quando olhamos o mapa predominam essas duas situações.

Mas, foi possível preservar um pouco o verde. Na Lei de Zoneamento atual, em

relação à antiga, há muito mais verde para a média da Cidade inteira. Foi tratada a questão do verde com muito cuidado, inclusive com a discussão de cota ambiental e todos os mecanismos para que pudéssemos preservar o verde e conter as ilhas de calor da Cidade em busca de melhor qualidade.

Estamos resolvendo o que é possível. A Sra. Yamaguti irá mostrar que algumas áreas infelizmente não têm mais condições. Chamávamos de área verde e ela é absolutamente árida, não tem mais nada a ser preservada.

Enfim, não perder o foco daquilo que vocês já conhecem muito bem, que é a nossa zona de centralidade. A Avenida Nordeste, por exemplo, está lá consolidada e tudo e hoje está desenhada como uma zona de centralidade e se permite muita atividade econômica, mas no território de Guaianases não ficou reservada área para zona industrial. Não ficou porque o vizinho também tem. Há muita zona industrial dentro do Distrito de Guaianases, passando no meio da Avenida Jacu-Pêssego, bem colado aqui com vocês. Quem olha o mapa de Itaquera junto com mapa de Guaianases, parece que a zona industrial está aqui. E como tem sistema de transporte bem ao lado, isso pode contemplar parcialmente, mas não temos zonas industriais.

As zonas industriais que impactavam muito com moradia e atividade de pequeno comércio ou, inclusive, com a contaminação do solo foram banidas da Cidade de São Paulo, as olarias, fábricas de cimento, processamento de borracha, tudo isso – a chamada ZPI-3 –, São Paulo não terá mais. Não queremos esse tipo de atividade econômica que possa impactar tanto em uma região que já está tão densamente ocupada.

Portanto, há no planejamento de São Paulo, inclusive, uma sinalização para quem vier investir aqui, qual o tipo de investimento que queremos. Queremos investimentos que gerem emprego, mas que com esse gancho de gerar emprego não tratem o meio ambiente como se fosse secundário.

A atual lei de zoneamento busca equilibrar tudo, inclusive, para vocês e para todos

nós. Foi simplificada em 156 artigos aquilo que estava contido numa lei bastante complexa, que tinha um caderno para cada subprefeitura, extremamente difícil de compreender e mais um caderno geral. Eram 31 cadernos mais um: 32 cadernos.

Agora não, temos um conceito só para a Cidade toda. Tudo o que vale para Guaianases vale para os Jardins. Tudo o que tem aqui vale para a zona Sul, Norte, o conceito é o mesmo, os paulistanos são os mesmos, portanto, a lei tem de ser a mesma para todos. Essa é a razão de nos deixar estimulados de ver o resultado desse trabalho consolidado, com certeza, com a aprovação dessa lei ainda até o final do ano.

Mas queremos ouvir vocês e ouvir muito, para que possamos ir corrigindo as pequenas situações que vão surgir do aprendizado da universidade da vida. Vocês sabem muito mais sobre a região que moram do que nós que acompanhamos o trabalho por lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença do Vereador José Police Neto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal e do Vereador Senival Moura.

Passo a palavra a Dra. Yamaguti, para fazer uma exposição em nome da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

A SRA. YAMAGUTI – A lei de zoneamento...

– Áudio com qualidade incompatível. Transcrição prejudicada.

Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não, agora não. Por favor, deixe a exposição dela. A senhora terá a sua oportunidade de falar e poderá questionar depois. Por favor, continue.

A SRA. YAMAGUTI –

– Áudio com qualidade incompatível. Transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, doutora. Parabéns pela exposição!

A senhora pode se inscrever para falar depois. Aqui, quem se inscrever vai falar, não vou sortear ninguém. Todos os inscritos falarão, têm a palavra garantida, não só aqui, como nas 46 audiências públicas. Se alguém sair daqui e perceber que não falou o bastante, que não foi a contento, terá outras oportunidades. A próxima é na Câmara Municipal, segunda-feira, às 19h, vamos falar de uso e ocupação de solo e, principalmente, licenciamento.

Então o primeiro a falar é a Sra. Áurea Rodrigues, por favor, por dois a três minutos.

A SRA. ÁUREA RODRIGUES – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, boa tarde.

A minha associação é a do Movimento Jardim Santo André, mas, atualmente – e há três anos – estou morando em Guaianases.

O que desejo falar para a Mesa e ao pessoal é a respeito de moradia. Inclusive, para que haja habilidade e rapidez na gestão desse assunto, pois não é fácil. Principalmente para nós, como Presidente de Associação, é difícil, pois somos nós que carregamos as demandas e somos cobrados pelas respostas.

Outro assunto que gostaria de dizer é que os poderes têm de andar em conjunto: o Municipal, o Estadual e o Federal, no que diz respeito justamente a esse tema que é grave para todos nós.

Também quero salientar que há muitas áreas que não poderiam ser restritas para moradia. Quero cobrar o seguinte: vamos supor, na região de São Mateus, atrás da Subprefeitura, lá tem uns baitas terrenos e dizem que não podem ser construídas moradias porque são áreas industriais. Se é industrial, amém, vamos fazer moradia lá também, porque, pelo menos, quem for morar lá, já arruma vaga de emprego também, trabalha junto de onde mora. Não é esse o tema também: trabalhar perto de onde estão as empresas?

É isso que quero deixar registrado, ou seja, minha fala a respeito da gestão das moradias. Precisamos que os governantes olhem mais para a população carente e nós, que somos Presidente de Associação, temos de carregar todo esse povo e representá-lo.

Em 2008, graças a Deus, na gestão de algum Prefeito, entregamos 330 moradias, no Jardim Rodolfo Pirani, quando eu estive presente, o Vereador Gilson Barreto também esteve lá e conhece muito bem. Foi um trabalho muito bom.

Quero dizer ainda aos componentes da Mesa para que levem essa reclamação e que continuem a tratar do assunto Moradia com todo respeito e carinho.

Terminando a pauta da moradia, quero entrar na questão da Saúde. A área da Saúde está escassa em tudo. Está uma vergonha mesmo. Nos postos de saúde do nosso bairro, às vezes, vamos procurar remédios e não encontramos. Principalmente, não encontramos aqueles remédios dos quais se necessita mesmo. Acontece isso com pessoas hipertensas, por exemplo, que vão buscar os remédios e não acham.

Precisamos olhar com mais carinho para o povo do nosso bairro, pois são seres humanos e que precisam de todo cuidado, para tomar o remédio na data certa e no momento certo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Peço a todos que vão utilizar o tempo, que procurem permanecer entre os dois e três minutos para que todos possam falar. Antes de chamar o próximo orador, quero convidar para participar da Mesa o Sr. Denilson Delfino Pereira, gestor do CEU Jambeiro. Por favor, professor, é uma satisfação tê-lo conosco, e muito obrigado pela cessão do espaço. (Pausa)

Também chamo Josefa Caldas de Oliveira,

Subprefeito de Guaianases, Josafa, desculpe. Josafa Caldas de Oliveira. Está presente também Jorge do Carmo, Chefe de Gabinete da Subprefeitura.

Próxima oradora, Carmen Alonso de Castro.

A SRA. CARMEN ALONSO DE CASTRO – Boa tarde à Mesa e aos convidados.

Trabalho, desde 1994, com o Núcleo Artesanal e Promocional “O Pequeno Mundo de Ellen”, aqui no Lajeado. Nosso trabalho é direcionado à criança e ao adolescente. Hoje minha proposta não é só criança e adolescente, mas para que seja feito algo em prol de nosso cemitério, o Cemitério do Lajeado. Tenho certeza de que muitos de vocês têm alguém que morou neste bairro há muitos anos, mas não foi sepultado em nosso cemitério.

Nosso cemitério ainda é cova única, é um espaço que não é grande. Temos no bairro uma média de 280 mil pessoas. Nesta semana, vi uma situação muito triste: um senhor que é morador daqui há mais de quarenta anos que faleceu e sequer conseguiu ser velado no Cemitério do Lajeado. Ele foi velado e sepultado em São Miguel Paulista. Deslocamos muita gente para o cemitério para prestar-lhe a última homenagem.

Acho que já é momento de o nosso cemitério ser modificado, ter gavetas, para que haja mais vagas. Porque a população cresce; nasce muita gente, mas também morre bastante. Não é bom para a família ter um ente querido sepultado tão longe. Digo isso porque minha filha faleceu, mas está sepultada aqui no Lajeado. Se ela estivesse longe, não sei o que seria da minha vida, porque, nos primeiros anos, eu ia todos os dias ao cemitério. É uma perda muito grande. Senti, nesta semana, a grande dificuldade dessa e de outras famílias que já passaram por isso.

Por isso, estou pedindo: já é hora de começar uma reforma em nosso cemitério, a médio e em longo prazo. Que se vá eliminando as quadras e fazendo-se gavetas para comportar mais pessoas, porque atualmente o cemitério está saturado. Muito obrigada.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próximo orador, Gerson Garcia Martinez.

(Pausa) Sirlene Rosa.

A SRA. SIRLENE ROSA – Boa tarde a todos. Sou representante do bairro Jardim Santa Terezinha e Jardim Etelvina.

Quero reivindicar ao Subprefeito de Guaianases – que já procurei por várias vezes, mas não consegui ser atendida na subprefeitura – área de lazer para o local, que não temos. Fui moradora da Vila Mariana por muito tempo. Mudei para Guaianases e aqui conheci realmente o que é o problema. No centro temos tudo, é ótimo e maravilhoso; mas nos bairros procuramos ajuda e não encontramos. Ninguém nunca pode nos atender. Então, peço área de lazer para nosso bairro e também algum tipo de lugar para colocar nossos jovens para estudar, porque nesta área o que mais há são crianças envolvidas com drogas. Eles não têm ocupação, vão para a escola de manhã, chegam à tarde e ficam jogados na rua. Não há um lugar onde eles possam ficar durante a tarde. Precisamos muito disso.

Outra coisa mais grave é o rio. Moro no condomínio ao lado do rio. Já cansamos de pedir ajuda. Esteve lá uma empresa que mexeu na área do rio e melhorou um pouco a situação. Só que agora as beiradas do rio estão caindo. Daqui a pouco, meu condomínio será engolido pelo rio, porque eles não fazem o serviço direito. Eles vão lá, passam um pouquinho de cimento no local e deixam. Aí, vem a chuva, o rio enche e faz desabar tudo.

Aproveitei hoje para poder falar, porque não consigo ser atendida na Subprefeitura de Guaianases. Então, deixo meu apelo para que vocês – por favor! – façam algo nessa área, que é aquilo de que mais precisamos.

Moro aqui há quinze anos, já fui candidata no ano passado, não fui eleita, mas no ano que vem estarei concorrendo de novo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Parabéns. Precisamos das mulheres na política.

Registro a presença e convido para compor a Mesa o Subprefeito da Sé, Alcides Amazonas. Ele foi Vereador na Câmara Municipal, e temos por ele uma estima muito grande.
(Pausa)

Eu gostaria de passar a palavra para a mensagem do gestor do CEU Jambeiro, Professor Denilson Delfino Pereira.

O SR. DENILSON DELFINO PEREIRA – (Gravação incompatível. Transcrição prejudicada)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença do Comandante Inspetor da GCM de Guaianases Genilson Batista de Souza.

Passo a palavra ao Subprefeito de Guaianases, Sr. Josafa Caldas de Oliveira.

O SR. JOSAFÁ CALDAS DE OLIVEIRA – (Gravação incompatível para a transcrição)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero falar para a Sirlene que, ao final, procure o subprefeito e converse com ele pessoalmente.

A próxima oradora é a Sra. Maria José de Lima.

A SRA. MARIA JOSÉ DE LIMA – Sou líder comunitária solitária há 35 anos, pois não participo de associação, porque não acredito que elas façam alguma coisa. Já tive várias experiências lá no conjunto José Bonifácio em que a senhora só quer dinheiro para arrumar sua casinha e fazer o quarto andar. Provo isso tudo com processo. Já movi dez processos no Ministério Público contra a Sabesp, contra a pedreira. Tenho cópia de um e tenho outras aqui. A pedreira desgraçou com todo o meio ambiente do conjunto José Bonifácio; ela carregou toneladas, bilhões, trilhões de toneladas de pedras e de entulhos e jogou dentro desse lago. Tenho o processo da Cetesb que diz que a água era superpotável em 2006 e em 2008 virou um cemitério, cuja foto trouxe para mostrar a vocês. É só entulho que tem na Pedreira, não tem uma árvore e nenhuma vai sobreviver em cima de duzentos metros de entulho. Existia um lago em 2006, cujos laudos e exames da Cetesb mostram que havia água potável sem nenhuma contaminação, inclusive com fotos coloridas. Desapareceram. Essa água desses duzentos metros está infiltrando em todos os conjuntos habitacionais, entre eles o Fascinação I e Fascinação II – são sete condomínios de arrendamento – e em mais novecentos apartamentos que estão abandonados, destruídos. Esses apartamentos eram para terem sido construídos com o dinheiro da CDHU, mas o Sr. Governador os construiu com o dinheiro da Presidente

Dilma. Agora, estão todos destruídos e sem ninguém morando. São 940 casas prontinhas, destruídas, onde era para ser um CEU na época da Prefeita Marta. Fiz abaixo-assinado na Cohab inteira, de porta em porta, com cinco mil assinaturas, que foi entregue nas mãos do ex-Vereador Zelão, que não fez porcaria nenhuma. O CEU não saiu e foi construído esse condomínio com o dinheiro do Minha Casa, Minha Vida.

Fui à Subprefeitura de Itaquera pegar o processo, que demorou dois anos andando. Eu que tive que pagar para ter a cópia do processo, porque a creche Águas de Março foi roubada, tiraram tudo de lá, porque o Kassab a tinha entregado para uma entidade, que limpou a creche, a deixou sem nada. Era para essa creche ter funcionários da Prefeitura, como tem a Águas de Março.

Outra escola, como a Águas de Março, que era para estar sendo construída, está parada. Era para estar pronta no dia 27 de junho e não há nem tijolo ainda, só um cercado de pau. Era para ter começado em dezembro, mas nada até agora.

Outra, no Jardim Tamoio, leva o nome da Prefeitura de Guaianases, mas lá é conjunto José Bonifácio – e não tem nada a ver com Guaianases da Rua Luís de Mateus para cima, nem tem a ver com São Miguel. Agora tem lá o nome de São Miguel, mas está parada, fechada com tapume. A gente precisa de escola e a gente precisa cuidar do meio ambiente, porque não há sequer uma árvore plantada em cima dessa pedreira.

Sobre o conjunto de catorze andares da Rossi e o da RV, subindo o cemitério, arrancaram todas as árvores, mais de cem, este mês. O filme está na minha máquina e eu vou levá-lo ao Ministério Público porque duas vezes a Rossi botou fogo para queimar as árvores de lá. Como não conseguiu, vendeu para essa empresa para construir casas do Minha Casa, Minha Vida. Está lá para quem quiser ver. Se alguém quiser sair daqui e ir lá ver, eu levo agora. A Polícia do Meio Ambiente foi lá e registrou tudo, falou que tem a autorização do Prefeito para arrancar as árvores. Quem disse para alguém que eu quero viver sem árvores no meu bairro? Por que arrancar as árvores centenárias? Cerraram todas as árvores e ainda

falaram para mim que eles não iam acabar de cortar as árvores por causa das pizzarias. Uma mão certinha de sangue escorreu da árvore. O meu netinho, de seis anos, olhou para mim e falou: “Vó, olha o sangue que está saindo, é uma mão falando ‘para, para, não me corta’”. Uma criança de seis anos falou um negócio desses e tirou fotos, que estão na máquina.

Isso é revoltante, porque os cinco filhos que eu pus no mundo eu ensino cuidar do meio ambiente. Uma filha minha trabalha na Ecovias; outro mora no Rio Grande do Norte; outra já morou no Japão; todos são muito estudados, muito bem cuidados. Do Colégio Carlos Brunetti, onde eles estudaram, foi retirado o ônibus Tatuapé, que eu consegui na época com os Vereadores. Tiraram agora. Agora não tem mais jeito de ir ao aquário. Não tem mais jeito. Para ir ao Cemitério da Vila Formosa gastei quatro horas, porque tiraram o ônibus. Passava o Belém, o Tatuapé e tiraram todos. Quer dizer mexem com tudo no bairro e não pedem e nem dão satisfação, não falam nada. Temos de engolir! O que eles querem é dinheiro. É dar dinheiro para essas construtoras malditas. Trabalhei na Juta e conheço muito bem a história de cada um.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Na próxima audiência, se a senhora estiver presente, terá a palavra garantida.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da (Inaudível) São Paulo Trabalho e Empreendedorismo e Presidente Nacional da União Sindical Democrática Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, que é o GTSD do Brasil.

A Cidade de São Paulo é equivalente a um país, por exemplo, o Uruguai. O PIB de São Paulo, em 2014, foi de 446 bilhões de reais. Responsável por 36,8% do PIB paulista e 13% do PIB nacional, mas é uma Cidade insustentável, porque 68% dos munícipes ganham de um até três salários mínimos por mês, enquanto 32% detêm e dominam toda a riqueza da Cidade de São Paulo, esmagando 68% da população paulistana.

Dessa quantidade já vamos para quase dois milhões de pessoas desempregadas, cerca de 12.9 milhões de cidadãos hoje não têm sequer recurso para pegar um ônibus de Guaianases ou outra região para chegar até o Centro.

Além disso, 98% dos seus empreendimentos tanto industriais, como comerciais e institucionais são irregulares, não têm alvará; 85% das residências – 2.85 milhões de pessoas – são em áreas de mananciais, áreas de risco e outras áreas não regulamentadas.

A tese que vamos apresentar aqui, o Jardim Aurora e o Jardim Moreno, dois bairros populosos com grande adensamento de micros e pequenos comércios, não estão regulamentados. Então vou apresentar uma tese: que se criem nesses dois bairros ZEIS especiais, de interesse social. Assim serão regulamentadas as residências e os pequenos e médios empregos.

Outra ação seria a instalação das vias que estão paradas há mais de quinze anos: a Radial Leste chegando até quase Itaquaquecetuba. Isso trava o trânsito e nos horários de pico os munícipes perdem todo seu tempo para ir e vir do trabalho.

Também não está dizendo que Guaianases terá zonas de empreendedorismo industrial. Aqui é uma verdadeira cidade de grande porte para cima. Então a nossa tese é que se criem, pelo menos, três zonas de predomínio industrial, a ZP1 e a ZP2, para contemplar a região. E sobre o rio, só para finalizar: esse rio tem que ser rebaixado um metro de seu leito, e levantar um metro de suas calhas, para poder normalizar as enchentes, que vêm causando vários danos aos moradores residenciais e comerciais da região.

Era o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de ouvir sua mensagem, nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Primeiro, muito boa tarde a todos. Quero cumprimentar o presidente desta audiência pública, o Vereador Gilson Barreto, também os Vereadores Police Neto, Paulo Frange, o ex-Vereador Alcides Amazonas, Subprefeito da Sé, de Guaianases, o

Denilson, o Jorge do Carmo, e, obviamente, todas as lideranças que estão nesta importante audiência pública para o nosso bairro.

Esta audiência pública traz uma clareza sobre o que pode acontecer no futuro, na nossa região, no nosso bairro, e traz pontos importantíssimos quanto ao desenvolvimento, ao crescimento e à geração de emprego para a região. Então é importante que nós fiquemos atentos para tudo isso. Além disso, é importante apresentar sugestões para que essa região, no futuro, gere emprego, e também seja um local melhor para se morar.

O adensamento é grande, com a estação de Guaianases, onde mora muita gente que usa o sistema de transporte sobre trilhos, visto que o transporte sobre pneus é ainda um pouco precário, mas a nova proposta traz algo importante para os trechos de mobilidade urbana, em especial para o entorno da estação de Guaianases, que tem um potencial construtivo que pode chegar a quatro vezes a metragem da área. Ou seja, dá uma condição de mobilidade urbana muito importante.

Haverá outras alterações: são coisas novas que serão importantes para a nossa região. O Jorge do Carmo também vai sugerir coisas que já tínhamos discutido antes, e que eu tenho certeza que serão importantes para o nosso bairro.

De manhã foi a Cidade Tiradentes, e eu participei rapidamente. Agora estamos tratando de Guaianases. O fato é que daqui sairá, para a Câmara Municipal, todas as sugestões que serão apresentadas por todas as lideranças, todos aqueles que estão fazendo uso da palavra. E é isso que queremos: ouvir. Já temos a proposta do Poder Executivo, mas cabem sugestões para alterar para melhor, para se evoluir um pouco mais.

Esse é o grande objetivo desta audiência no dia de hoje.

Quero parabenizar todos os Vereadores presentes, bem como agradecer pela presença do Genildo, Inspetor Chefe da Guarda Civil Metropolitana, que me esqueci de citar.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O Senival Moura é um combativo

Vereador da Câmara Municipal, e sempre tem lutado pela região.

Gostaria de ouvir a mensagem do Subprefeito da Sé, Sr. Alcides Amazonas.

O SR. ALCÍDES AMAZONAS – Quero cumprimentar o coordenador dos trabalhos, o Vereador Gilson Barreto, cumprimentar os Vereadores Paulo Frange, Senival, Police Neto, o Subprefeito de Guaianases e os demais companheiros da Mesa, companheiras e companheiros do plenário. Primeiro eu quero parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo. Aliás, eu tive a honra de conviver durante quatro anos com os Colegas aqui na Casa, debatendo o futuro de São Paulo.

Tenho 53 anos de idade e 53 anos de zona Leste, e quarenta anos de Itaim Paulista, embora hoje esteja dirigindo a Subprefeitura da Sé.

Os bairros da periferia de São Paulo são bairros apenas para dormir, são os bairros-dormitórios. Nunca concordei com isso, porque o nosso povo que mora na periferia não precisa somente morar, precisa também de lazer, de recreação, de estudo, trabalho, tudo próximo. Então vejo que essas duas iniciativas desse último período – a reformulação do Plano Diretor e as alterações que estão sendo debatidas na Lei de Zoneamento – certamente é uma oportunidade que teve no Plano Diretor e tem agora para corrigir essas distorções, para fazer com que os bairros periféricos de São Paulo possam não apenas ser bairros-dormitórios, mas bairros onde se pode usufruir de um conjunto de serviços necessários para a sobrevivência de cada um. Está todo mundo de parabéns.

Fiz questão de vir fazer uma visita ao Subprefeito de Guaianases. Como está tendo essa audiência, fiz questão de passar para dar um abraço nos colegas, e dizer que estamos, lá na Subprefeitura da Sé, à disposição para contribuir com o que for necessário.

Sucesso a todos. Bom debate. Conte conosco.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. É um privilégio nosso.

Tem a palavra o Sr. Décio José Lima.

O SR. DÉCIO JOSÉ LIMA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa e os

demais Vereadores na pessoa do Vereador Paulo Frange.

Sou Conselheiro Regional de Meio Ambiente de Guaianases. Estou sentindo falta de alguns companheiros, pois temos que conversar muito com eles. E nas últimas audiências em Guaianases, eles participaram com demasiado afinco.

Mas quero me ater à proposta apresentada.

Olhando o mapa, vemos um destaque muito grande para as ZEIS 1, ZEIS 2, e tem uma zona mista ambiental fora de Guaianases, ali na divisa com Tiradentes. E aí vemos um adensamento populacional muito grande, e áreas de proteção ambiental muito pequenas. Quer dizer, é muito pouco. Enquanto há um contraste na outra região, grandes áreas de proteção ambiental. Aqui em Guaianases nós não temos... O que temos são muitas dificuldades, as quais o subprefeito tem enfrentado. E precisamos melhorar as condições de vida. Quer dizer, já que é para morar, então vamos morar bem. E aí sobram algumas questões. Gostaria de apresentar uma delas.

Por que não transformar aquela ZEIS 2, ali do lado de uma zona mista ambiental, em uma ZEIS 4, onde você pode melhorar a qualidade, você tem um outro tipo de adensamento populacional, sem tirar as características dessa região?

Era essa a questão que eu gostaria de apresentar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gostaria de passar uma mensagem do Vereador José Police Neto, presidente da Comissão de Finanças da Câmara Municipal. O Senival Moura é vice-presidente da Comissão de Transporte.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, serei bastante sintético. Meus cumprimentos a todos.

Gostaria de falar da importante contribuição que a Áurea, a Carmen, a Sirlene e a Maria, e, agora, o Décio, nos dão, quando vêm ao microfone e expõe. É lógico que é muito importante a entrega de documentos, mas tornar público o desejo, e vir anunciá-lo a todos, é uma das tarefas fundamentais para estimular o debate. Na realidade para se entender cada

vez mais o que significa para a Cidade uma Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo a gente expor a nossa ideia é sempre muito importante. Estou fazendo um exercício de tentar sempre ponderar o desafio que está sendo posto para frente porque a gente vem carregando erros com todas as legislações e hoje temos a oportunidade de acertar no diálogo com vocês, na capacidade de escutar, na mão da relatoria, do Presidente, dos Vereadores que conhecem mais o território junto com vocês. Mas a perspectiva é não ficarmos encontrando o culpado de ontem... Mas, também, nós não queremos ser os culpados do amanhã – por não termos acertado. Essa talvez seja a questão fundamental.

Quando a gente olha para o nosso território, temos de enxergar aquilo que não está certo. E, a partir do que não está certo, ajustar. Hoje não temos geração de emprego, nem distribuição de renda nesse território, como também não tinha hoje pela manhã na Cidade Tiradentes. Nós sabemos desse problema, sabemos que esta é uma região que possui uma escassez gigantesca de áreas coletivas, sejam verdes, sejam de lazer. A prova disso é o quanto o primeiro CEU tem utilização. Não tem um dia que todos os campos aqui do lado não estejam lotados. É óbvio: se você tem pouco, o pouco que tem é usado em larga escala. Há outra questão que é clara: a incapacidade de a gente gerar energia e emprego aqui faz com que uma parte ponderável da população seja arrastada para São Paulo, duas horas, duas horas e pouco, portanto sabemos dos desafios.

Tem um complemento disso que às vezes é mais perigoso do que todos os outros. A gente tem uma baixa qualidade da ocupação do solo aqui. Muitas das nossas áreas tiveram pouca participação do setor público, foram associações, loteadores, que não tinham muito rigor para realizar bairros com ruas largas, com reservas de área para parque, para praças em que os lotes permitissem acomodação de casas que não se agrupassem umas com as outras porque quando o bairro foi formado tentamos garantir unidades habitacionais para todo mundo. Num esforço pessoal, ia lá, loteava uma área, criavam-se lá duzentos, trezentos lotes – de 120, 125 metros. O que acontece hoje? Ou a gente começa a acertar essa regra de

enxergar que o grande financiamento agora tem de acontecer das bordas da cidade para dentro, ou essa qualidade, que é tão esperada e que a lei tenta nos ilustrar, também não acontece.

Quando olhamos para o mapa e vemos uma mancha que a gente pode construir quatro vezes o que historicamente se construiu é bom: é, mas se a gente não olhar para zonas especiais de interesse social, que são as nossas futuras zonas mistas.

Quero encerrar colocando esse grande desafio. As regiões centrais nasceram de zonas só residenciais em que mora muito pouca gente em lotes muito grandes, lotes de mil, ou dois mil metros em que as casas têm um sobrado de mil metros, 1200 metros de área construída. Muitas regras que formaram aquela Cidade – que no passado estava escrito “cidade” e o ônibus não lesava dela, porque lá era Cidade e aqui não –, foram aplicadas para as regras de ocupação aqui.

Esse é o momento de fazer com que as regras dos nossos lotes médios: 125, 130 ou 140 metros nos dê condições de tornar não só legal, mas como ter todos os incentivos públicos que a região central já teve. O que é isso? A região central pede hoje para ter uso misto do lote, qualquer centro de bairro periférico tem a utilização mista do lote. No térreo tem lá o açougue, a pequena padaria, em cima é a moradia, o segundo ou terceiro andar já é a moradia daquele proprietário ou do gerente daquele estabelecimento. Já é assim. Portanto, o jeito da periferia é o que a região central hoje quer copiar. Só que como os nossos lotes são menores, a grande parte das nossas Zonas Mistas da periferia, com os coeficientes de aproveitamento que estão na lei, vai continuar à margem da legalidade.

Não conseguiremos legalizar uma grande parte desses lotes de 125, 130, 150, 160 metros, em que se tem o primeiro pavimento completo tomado; o segundo pavimento, que é a primeira laje, completo, tomado; e o terceiro também. Quando não, temos o quarto pavimento.

Estou dizendo isso para não entrarmos naquele perigo de escrever a lei já pedindo anistia. Está na hora de escrevermos a lei do jeito que a lei beneficia e entusiasma o modelo

que nós construímos. Hoje a periferia ainda não tem isso no texto apresentado. E, se não tiver, continuaremos empurrando a responsabilidade do Sr. Prefeito, do Subprefeito, a obrigação de colocar equipe de fiscalização indo na casa do cidadão e dizendo o seguinte: “Sua casa continua ilegal, mesmo você tendo agora o seu imóvel, o seu negócio legal embaixo, porque desvinculou.”

A desvinculação é fundamental e acho que iremos conquistá-la, mas não ter a documentação daquilo que passou a vida inteira para construir, registrada de verdade, dá uma diferença fundamental. Quando você vai ao banco pedir um empréstimo e precisa de alguma coisa para avaliar aquilo, que é sua casa construída e não se tem, se cai num preço de dinheiro de mercado, quase de agiota. Quando a casa é sua, o terreno é seu e tudo é seu, você ingressa num ambiente em que todos os grandes e ricos podem ter esse dinheiro barato. E aquele que mais precisa do dinheiro barato e os programas são criados nunca os tem. É muito difícil conseguir montar o nosso negócio na periferia.

Por isso, Sr. Presidente, parablenizo o esforço que vocês têm feito indo à periferia debater com a população, porque a partir daí criaremos essa Cidade, que traz a energia da periferia para fazer o Centro bom e não fazer o Centro sempre bom e a periferia sempre carente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Vereador José Police Neto.

Tem a palavra o Sr. José Zildo Almeida.

O SR. JOSÉ ZILDO ALMEIDA – Boa tarde. Quero ser bem objetivo, talvez não seja uma hora oportuna, mas eu vou aproveitar essa oportunidade.

Quero enfatizar aquela ponte lá no final da Rua Luís Mateus, que interliga a Vila Solange, porque há um projeto da SP Transportes de ter um corredor na Saturnino Pereira e também na Luís Mateus, que já foi falado. Isso não vai acabar com o congestionamento. Então, só quero que a Mesa que está aqui ouça, nós já perdemos essa oportunidade na gestão Marta.

A Siurb já esteve aqui, o Ricardo Rezende também. Muita gente presenciou isso e acho que a gente não pode perder essa oportunidade agora.

Gostaria que o Subprefeito de Guaianases desse uma atenção maior, juntamente com o conselho, e olhasse com muito carinho para isso, porque a gente vê que no final de semana a Rua da Passagem Funda congestiona. Aqui no Pinheiro fica um caos, principalmente no final do ano, que nem se fala.

Só isso, obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ariovaldo Pereira.

O SR. ARIOVALDO PEREIRA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Vereador Gilson Barreto. Fico triste de ver essa plateia vazia, me desculpe os que aqui estão, mas com a população que Guaianases tem, isso deveria estar lotado, como aconteceu na Câmara Municipal, que foi necessário abrir outros auditórios lá.

É assim, eu quero também falar que todos têm oportunidade de conhecer a lei. Está aqui e está sendo distribuído nesse jornalzinho. Gente, vamos deixar de assistir novela duas noites e vamos ler isso e se inteirar do projeto de lei, que é bom. Têm modificações a serem feitas, mas vamos ler.

Outra coisa, quero corroborar com a palavra do Vereador José Police Neto sobre a questão da legislação. A pessoa quando ouve falar na mudança na Lei de Zoneamento, pensa logo em anistia, e não é bem assim. Como o Vereador disse, vamos ver daqui pra frente: errou, lá atrás, agora é a nossa oportunidade de consertar, daqui pra frente. Mas a plateia está vazia.

Na primeira reunião que houve na Câmara Municipal de São Paulo, eu falei – o Vereador Frange, Police e Gilson lá estavam, e eu tive a oportunidade de com eles conversar – que a Lei de Zoneamento não anda sozinha, há um Código de Obras, um projeto de lei do Vereador Arnaldo Madeira, de 1989, promulgado em 1992. Dia 25, a lei completou 23 anos, se

não me engano. A Lei de Zoneamento não pode andar sozinha, há um Código de Obras. O que acontece? A fiscalização, o Setor FISC – viu, subprefeito? – está batendo cabeça porque a Procuradoria não se entende, o Prefeito não se entende, os fiscais não se entendem, os subprefeitos não se entendem, a chefia de gabinete não se entende, pois a legislação é ultrapassada.

Em dezembro de 2014, a Secretaria de Licenciamento concretizou a revisão do Código de Obras. Essa revisão tinha de ter sido apresentada à Câmara dos Vereadores junto com o projeto de lei 272/15. Não há condições! A fiscalização, Subprefeito, está perdida, está abalroada. Estou entrando com Mandado de Segurança contra o Poder Executivo por conta do Código de Obras, estou entrando com essa ação, pois não chegaremos a um final feliz na aprovação na Lei de Zoneamento se o Código de Obras, Lei 11.228, de 1992, já revisado, não andar junto com a Lei de Zoneamento.

No *site* da Prefeitura, lá está a Lei de Zoneamento e foram somente dois artigos, dois itens do Código de Obras, dois incisos foram revogados: o 10.1.5; e o 13.3.8. De toda uma legislação, somente esses dois incisos foram revogados. Do que eles tratam? De águas pluviais.

Vou deixar à mão para que todos possam tomar ciência, pois o Prefeito não sabe, o Procurador Geral não sabe, os procuradores não sabem, o Licenciamento não sabe. Deixe-me ler: Lei 11.228, 25 de junho de 1992, item 3.9.3. “A expedição do certificado de conclusão depende de prévia solução de multas porventura incidentes sobre a obra”. E é quanto à obra que está sendo construída e não na edificação já existente. O que a fiscalização está fazendo? Está mandando multa para todas as edificações que existem para aquele contribuinte; e a lei não diz isso. Outra, a palavra “solução” não quer dizer “quitação”; e a fiscalização está dizendo quitação, ah, não quitou a multa, não pode expedir certificado.

Para concluir, Vereador, no Supremo Tribunal Federal há três súmulas que proíbem, é proibido, que o Tribunal de Justiça de São Paulo e todos os tribunais do Brasil de

todos os Estados, estão deferindo liminar quanto a esse artigo: a Prefeitura, o poder público municipal, estadual e Federal está impedido, é inconstitucional a proibição de expedição de qualquer tipo de certificado condicionado à quitação de multa porque todo poder público tem meio próprio de cobrar multas e encargos públicos, que é a execução fiscal.

Muito boa tarde.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Jorge do Carmo.

O SR. JORGE DO CARMO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Presidente da Mesa, Vereador Gilson Barreto; o Vereador Paulo Frange, relator do projeto de lei; os Vereadores Police Neto e o Senival Moura, que é da nossa região. Cumprimento também o Subprefeito Josafa; o Sr. Denílson, gestor do nosso CEU; a Sra. Rosana; e o Subprefeito da Sé, que hoje nos visita, o Sr. Alcides Amazonas. Cumprimento também a plateia, o conselho participativo, na pessoa do Sr. Jânio, coordenador do conselho; e os demais conselhos da nossa região, de Guaianases.

Falarei rapidamente. Esta oportunidade é ímpar pra gente entender, e é difícil entender. Sou advogado e imagino para os munícipes, que não têm informação, como é entender essa sopa de letrinhas que é o zoneamento. Há uma série de siglas, eu fico perdido, e imagino uma pessoa que não tem familiaridade com a legislação. Enfim, é preciso que entendamos que a Lei de Zoneamento é uma oportunidade de a gente mudar, de adequar, de ajustar a região, de ver o que está errado para ser mudado.

Não é possível que Guaianases – assim como outros bairros da periferia, do extremo da Cidade – continue sendo apenas dormitório, apenas um local para você voltar do trabalho e depois de duas, três horas no trânsito, dormir. E noutro dia, de madrugada, tem de acordar cedinho e voltar à rotina. Por isso, a Lei de Zoneamento tem um objetivo importante.

Sou militante do Movimento de Regulamentação Fundiária, e às vezes falamos que tem de ser ZEIS, tudo tem de ser ZEIS. Nem tudo tem de ser, em alguns lugares, sim, tem de

ser para permitir que haja regularização das ocupações existentes, consolidadas em assentamentos precários. Também tem de ser em outros lugares em que é possível construir, aumentar o potencial construtivo, aumentar o desenvolvimento e assim trazer mais construções, mais corredores, mais desenvolvimento para a nossa região. Essa é uma oportunidade ímpar que a Lei de Zoneamento nos permite. Às vezes, queremos construir um corredor em uma região que é uma ZEIS, e não é possível. Assim como não é possível fazer moradia em área que não seja ZEIS-1 ou ZEIS-2.

Enfim, o importante é que possamos dar sugestões à Câmara Municipal de São Paulo, que está exaustivamente discutindo o projeto de lei que muda o desenvolvimento, muda a história da nossa região, depois do Plano Diretor, e eu também já li as propostas apresentadas pela Rosana, para Guaianases. Gostaria de dizer que muitas delas são interessantes. É preciso, cada vez mais, investir onde as pessoas já estão consolidadas, fazer as Zonas Especiais Mistas proporcionando assim o comércio. E está aqui a Andrea que sempre nos procura por conta do zoneamento da nossa região.

A pessoa quer abrir comércio, quer aprovar, e há dificuldade porque não há sequer escritura, ou título de propriedade, o que é condição para poder iniciar esse processo. E quando apresenta, não há como, porque o zoneamento não permite que haja comércio, e comércio para desenvolver a região: seja uma casa do Norte, uma papelaria, qualquer comércio, o zoneamento não permite. E o agente vistor vai lá e tome multa. Somos contra isso, é preciso mudar a lei, é preciso ajustar, dar condições para que a nossa região cresça, desenvolva-se com a nossa Cidade de São Paulo.

Sáímos daqui e vamos ao centro da Cidade de São Paulo, falamos assim: “Eu vou pra cidade”, como se aqui não fosse cidade. Parece que Guaianases, o extremo da zona Leste, não é cidade porque você sai daqui para a cidade. E eu fico me corrigindo a todo o momento. Vou para o Centro da Cidade, porque aqui também é Cidade. Aqui precisa virar Cidade, se tornar Cidade, realmente com emprego, com renda, com desenvolvimento, com condições de

vida para nossa população, nossa região.

Encerrando gostaria de fazer uma sugestão. No Plano Diretor Regional, aquela região da Pedreira, era antigamente uma ZEPAG e aí foi alterado para ZEPAM, naquela oportunidade. E desde aquela época temos recebido muitas reclamações das pessoas daquela região dizendo que ali poderia, sabemos que é preciso construir o Parque Guaratiba, necessário só o parque, é possível fazer o parque, porque aquela área é muito grande. Aliás, houve muitas ocupações. Faço uma sugestão aqui, depois de apresentar isso na Câmara Municipal de São Paulo, talvez por meio do nosso Vereador Senival, de discutir, porque ZEPAM é uma zona estritamente, salvo melhor juízo, restrita para qualquer outra atividade, senão ambiental, senão um parque, e a gente queria fazer essa proposta, sugestão, porque isso é uma reivindicação das pessoas daquela região que já procuraram o vereador, me procuram na subprefeitura, e a gente queria fazer essa sugestão, não sei qual seria o Zoneamento adequado, se seria voltar a ser ZEPAG ou se seria outro – nesse sentido gostaria de conversar depois com os técnicos – mas que não fossem mantidas as ZEPAMs, porque há reclamação de aquele zoneamento, quando mudou para ZEPAM, prejudicou as pessoas daquela região e não permite o desenvolvimento daquela região ali. Deixo essa sugestão para audiência pública e parabenizar a todos os presentes pela oportunidade. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Andrea Garcez Belasco.

A SRA. ANDREA GARCEZ BELASCO – Boa tarde a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa, aos Srs, Vereadores presentes, a nobre Vereador Senival Moura que sempre está nos apoiando aqui em nossa região de Guaianazes. Dr. Jorge, prazer. A nossa diretriz de zoneamento está muito confusa. Eu estou toda confusa nesse zoneamento. Estou com vários problemas, o Jardim Lourdes é um bairro grande, dentro da nossa região de Guaianases. Ali têm vários comércios. Cada comércio tem dois, três empregados. O que

acontece? Foi isso que o Jorge acabou falando. Estamos tropeçando na lei. Porque não está caminhando junto o zoneamento com as condições fiscais. Ou seja, até falei com os fiscais esses dias. Disse: tudo bem. Vai fechar aqui, está tumultuando aqui porque é irregular e não tem IPTU, correto? Correto. Então tudo bem. Eu estou denunciando Guaianases inteiro. Vai-se fechar todo o comércio de Guaianases. Todo o bairro de Guaianases é irregular. Estamos necessitando – não entendo – a meu ver, de uma anistia, seria viável... Como não entendo muito entre ZEIS e o que anistia, ou ZEIS, queremos apoio de todos os Srs. Vereadores que estão nesta mesa... Queremos um olhar para Guaianases. Se olhar para Guaianases, tem bairros pequenos, tem o Jardim Lourdes, Malvina, tem a Rua 1º de Outubro, Violanda, onde a Marta começou um projeto. Está brecado em Abes, só fica um empurrando para o outro. Ah, estamos atrás de loteador, isso, aquilo. Precisamos de lei. Só isso. Precisamos de moradia, precisamos de áreas de lazer, Educação, Saúde. Srs. Vereadores, olhem por Guaianases! O nobre Vereador Senival sozinho não consegue. É muita coisa. Queremos o apoio de todos Srs. Vereadores, que afinal, todos são eleitos para olhar por São Paulo, não apenas o bairro de sua região. Minha reivindicação: regularização fundiária, regularização de comércios, e olhar para nossas áreas de lazer. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Demecina Ferreira.

A SRA. DEMECINA FERREIRA – Boa tarde a todos! Cumprimento à mesa, em nome do nobre Vereador Senival Moura, que sempre está aqui nos apoiando nessa região, mas ainda falta muito, como bem disse a Andrea que me antecedeu, que os Vereadores são eleitos para olhar pela Cidade de São Paulo, não beneficiar apenas seus bairros.

Sou representante de uma associação, e venho trazer a regularização fundiária da nossa região. Estivemos junto com o nobre Vereador Senival, na Secretaria de Habitação, onde foi mencionado que está acontecendo uma pequena invasão nessa região, acredito que a Subprefeitura não está a par dessa regularização... O pessoal consegue habitar esse pequeno

lote, atrasa todo o processo que estamos lutando há mais de 25 anos. Nesse sentido, faço um pedido especial à Subprefeitura da região que tivesse um olhar especial, para ver esse loteamento, já vivemos na irregularização. Mas aí já teve sobre essa, outra pequena que ainda estão os barracos de madeira, pedimos à Subprefeitura para dar uma atenção especial, para poder tirar essas famílias, para dar continuidade ao nosso processo porque estamos lutando há muito tempo. Não é justo que meia dúzia de pessoas venha tirar toda condição de trabalho que a gente vem fazendo há muito tempo. Sei que eles precisam... Têm necessidade, mas também estamos lutando há muito tempo. É óbvio, é cabido que a Subprefeitura encontre um local para colocar essas pessoas porque, certamente, elas não estão aí porque têm condições. Tenho certeza que essa é uma gestão que dá condições para estarmos aqui falando. Agradeço muito essa gestão, porque em outras não tínhamos nem acesso, e hoje vejo que temos muita participação. Estamos aqui, acredito que a participação popular é ainda muito precária. As pessoas não procuram também, vir abrir e fazer essas reivindicações. Eu agradeço muito essa gestão porque hoje, nos dão condições de estar aí, discutindo e vindo trazer as reivindicações. Agradeço e uma boa tarde. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Tody.

O SR. TODY – Boa tarde a todos. Como o Dr. Jorge disse que é meio difícil de compreender quem não entende muito dessas siglas aí. Fiz um abaixo assinado aqui, inclusive em outra oportunidade falei com o nobre Vereador Senival Moura sobre isso: a lotação 373P/Vila Solange. Três pessoas já falaram sobre a lotação Vila Solange/Pedreira – que este ano mudou o itinerário pela quinta vez. Só que em nenhuma delas, ninguém teve a iniciativa de falar com os moradores, os próprios fiscais mudaram o itinerário. Tiraram do que era para Itaquera e deixaram só para descer para a estação. Ela sobe e desce. Esse abaixo-assinado foi feito com a proposta de que passasse até o final do bairro, porque ele só vai até a metade e volta. Então acontecem assaltos todos os dias. Minha mãe já foi assaltada. Minhas primas. E aí fizemos esse abaixo assinado com o intuito de chegar a cinco mil assinaturas e por pouco não

chegamos a esse número. Ficou faltando 4980. Que é um povo que está totalmente sem esperança de nada, quando apresentamos a proposta de abaixo-assinado eles viram que nunca vai mudar. Está há vinte anos e nunca mudou. Nunca a perua foi até lá embaixo.

Então, realmente, o povo está sem esperança alguma. E podemos fazer com que essas políticas públicas cheguem até lá, que realmente não vai chegar. E é isso. Então eu queria que vocês tivessem esse olhar. Vai aumentar cinco pontos para chegar até o final do bairro e atender essas pessoas da Pedreira, que é perto da ponte onde ele falou que não são atendidas... Essas pessoas sobem a pé, durante quinze minutos, para poder chegar a um ponto de ônibus, onde são assaltadas.

Alguém sabe onde é o AMA Guaianases? O AMA Guaianases fica na José Bonifácio, não em Guaianases, embora leve o nome. E quem mora aqui não vê, em nenhuma placa, onde é o AMA Guaianases. Vai direto ao Júlio Tupi, que tem um AMA, ou vai direto para o Planalto. O meu bairro não me oferece um AMA.

Eu tive a oportunidade de falar com o Nabil sobre a Casa da Memória do Índio Guaianás, que o Cacique Tibiriçá era um índio guaianás, e poucas pessoas sabem de onde vem o nome Guaianases. E o Cacique Tibiriçá está enterrado dentro da Catedral da Sé. E algumas cartas dizem que a aldeia dele era ali perto de onde é a caixa d'água de Guaianases. E a gente fez o pedido para o Nabil para que fosse feita essa casa da memória, porque na escola são feitos esses estudos, em cartas que procuramos na internet, porém alguma pesquisa científica a fundo não é feita, porque não existe um lugar específico para o jovem estudar e pesquisar.

A gente falou com o Nabil, e ficou por isso mesmo. Tudo que eu falar aqui vai ficar por isso mesmo. É sem esperança. Eu queria falar para vocês, mas eu sei que é em vão.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Siqueira de Sá.

O SR. SIQUEIRA DE SÁ – Boa tarde, senhoras e senhores; Vereador Gilson

Barreto; Sr. Relator, Vereador Paulo Frange, na pessoa de quem cumprimento o companheiro Senival Moura e toda a igreja. Trago um abraço do Deputado José Américo, de quem sou assessor.

Minha palavra nesta tarde a todos os presentes é mais ou menos o que eu falei na audiência pública da Cidade Tiradentes, pela manhã: sou pastor, tenho uma comunidade evangélica bastante estendida no bairro de Guaianases, que hoje, pelo que consta, são quase setecentas igrejas, salões e templos, todos somados. A minha irmandade já chega a quase mil.

Alguns colegas já fizeram as colocações sobre as zonas, e nós nos incluímos na zona mista. Tem o comércio, tem muitas coisas, mas também nossas igrejas, e muito disso está irregular. De fato, a maioria está irregular mesmo. Mas quero dizer aos senhores que as igrejas têm CNPJ, têm ata, tem estatuto, tem isso e tem aquilo, só não tem os demais documentos, pertinentes ao município, porque a lei impede.

Por isso, no Plano Diretor, votado na Câmara Municipal ano passado, junto com o Vereador José Américo, de quem eu era assessor, fizemos muitas colocações, que foram aprovadas, e agora vem essa zona. E estamos fazendo mais colocações, para que o leque seja aberto. Então certamente estarei em quase todas as audiências públicas para falar dessa parte, representando um número grande de pastores e igrejas, além da nossa bancada evangélica na Câmara Municipal. Mas não é só em relação às igrejas. Como templos religiosos, incluem-se todos ao mesmo tempo. É um direito que temos, dado pela Constituição. E aqui ou acolá alguém tenta barrar, mas não olhamos para isso, não. Porque quando é alugado o salão, e o fiscal vai lá e fala “Aqui não pode”, nós nos mudamos, tiramos o salão e colocamos em outro lugar. “Vocês já estão aqui de novo?” “Claro, se você quiser multar, nós vamos sair daqui e vou alugar. Uma hora vocês têm que parar”. E assim por diante. Essa é a palavra que eu deixo aos senhores e às senhoras. Guaianases precisa dos olhos de cada um dos cidadãos, principalmente dos olhos das autoridades constituídas no Poder Legislativo para nos representar. Não me refiro apenas ao Vereador Senival Moura, mas também a outros

companheiros, que estão aí para fazer. E essa é uma oportunidade que eu vejo bem clara e aberta. Essa audiência e esse zoneamento, para que possamos avançar mais ainda.

Muito obrigado. Boa tarde. (Palmas)

O SR. GENILDO BATISTA DE SOUZA – Boa tarde a todos.

Eu sou inspetor da Guarda Civil, Comandante de Guaianases. E ao colega que acabou de falar, tenho certeza de que ele tem, sim, esperança, senão ele não viria neste sábado, como viemos, para falar com as autoridades. Se a Mesa permitir, vamos apontar alguns caminhos. Há esperança, sim. Essas assinaturas que você pegou, vamos encaminhar e vamos ajudá-lo no seu bairro, com certeza.

Serei objetivo em minha proposta de Segurança.

Estou há 28 anos na Guarda, já trabalhei em toda a Cidade, e também sou especialista na área de gestão estratégica. Então eu trabalho na região, e queria trazer uma sugestão.

Antes disso, queria agradecer a cada Vereador – Police Neto, que já conhecemos, da época da Mooca, da Feira da Madrugada; o Senival Moura, que eu conheci aqui em Guaianases, que anda no bairro inteiro, vai a vários lugares, conversa com a comunidade, é um canal; o nosso Paulo Frange, que eu também conheço; o presidente. Falo cada nome, e quero agradecê-los, porque acabaram de aprovar o maior desejo, o que vai dar muito gás para toda a comunidade. E é isso que vamos fazer com as pessoas: vamos ajudar na questão da Segurança. Foi aprovado o projeto de plano de carreira da Guarda Civil Metropolitana e a aposentadoria especial, que esperávamos há mais de dez anos. Por isso que falei cada um dos nomes, porque queria agradecer a cada um dos Vereadores da Cidade, porque esse ato vai fazer com que a Guarda Civil Metropolitana cresça e preste um serviço cada vez melhor para a comunidade. Um agradecimento especial ao nosso Subprefeito da área, o Josafa, que tem andado em todos os lugares. Aliás, tenho andado com ele, nos Consegs, em todos os lugares. Não estou fazendo a defesa, mas é que realmente estamos trabalhando direto, então

posso falar. Agradecimento especial ao meu amigo, o chefe de gabinete Jorge do Carmo, que há três anos eu vejo andar em tudo que é lugar de Guaianases. Eu não moro aqui, mas gostaria que meu bairro fosse igual a esse, onde o Vereador, o chefe de gabinete e o Subprefeito andam no bairro. Eu gosto desse bairro. Trabalho aqui e gosto dele.

Toda vez que tem qualquer discussão, o que acontece: a Segurança sempre fica de fora. Constrói-se a praça, e, depois, tem os problemas na praça. Eu ia falar do Amazonas, mas ele já foi. Mas um exemplo bom, benfeito de construção: por exemplo, na Praça Roosevelt. Construiu a nova Praça Roosevelt, mas os arquitetos e engenheiros também pensaram na Segurança. Tem uma base da Polícia Militar e outra da Guarda Civil Metropolitana. Isso resolveu uma série de problemas.

A minha base da Guarda é na Juscelino Kubitschek, e, por vezes, saímos de lá e vamos até o outro lado do Lajeado, o que por si só já toma um tempo muito grande, e durante o trânsito fica difícil. Então, por favor, se puder, pensem nisso: que a Polícia Militar e a Guarda Civil Metropolitana fiquem nos distritos, que isso vai facilitar. É uma proposta que pode ser incluída no projeto.

Muito obrigado a todos os Vereadores.

O SR. SENIVAL MOURA – Você agradeceu a todos nós Vereadores, ficamos satisfeitos por isso. Fizemos nossa obrigação, mas você se esqueceu de citar o nome do Sr. Prefeito que também fez um esforço imenso, mandou o projeto para a Câmara e aprovou aquela reivindicação de vocês.

O SR. GENILDO BATISTA DE SOUZA – Obrigado, Vereador. Obrigado à Câmara, ao Prefeito – é verdade – e à Vice-Prefeita Nádia Campeão, que fez de tudo. A Guarda está extremamente contente e isso vai refletir no trabalho para a comunidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Flademir Batista.

O SR. FLADEMIR BATISTA – Boa tarde a todos e todas. Obrigado pela concessão

de uso da palavra. Sou membro do Conselho Participativo, munícipe do bairro e educador. Leciono em escola municipal.

Tenho algumas sugestões para englobarmos nesse projeto. Vão elaborar um documento e é de suma importância que nossas reivindicações e colaborações estejam citadas nele.

No bairro de Guaianases, no Distrito do Lajeado, há a questão da regularização fundiária que abrange o Jardim Irene, o Jardim Célia, o Jardim Etelvina e o Jardim Moreno. Na época da gestão da Prefeita Marta Suplicy foi concedido o uso do solo, mas faltou o registro desse imóvel no Cartório de Registro de Imóveis. Isso ainda não foi realizado. Gostaria de saber de que forma está e qual a possibilidade de regularização. Existem em torno de oitocentas famílias envolvidas. É muita gente que necessita desse registro, que não foi feito ainda e foi prometido. Fizemos algumas reuniões aqui na região e não foi realizado. Uma questão é essa do registro.

Para colaborar com o fluxo, o transporte, o comércio e o lazer, é de suma importância dar atenção à duplicação de avenidas, em particular a Avenida Nordeste, que é longa, cruza Guaianases inteiro e vai até São Miguel. Por isso seria muito importante. Sei que há espaço. Não conheço o projeto para a duplicação da mesma, mas seria de suma importância essa possibilidade.

Há também a questão dos corredores de ônibus, que auxiliaria na vida de todo o mundo aqui e com certeza de vários bairros. Esta é uma região que liga municípios como Ferraz, Poá e Itaqué, enfim, tudo passa por aqui. Por isso seria de suma importância uma atenção a essa questão, sabendo que existe um projeto para a perimetral. Não o conheço, mas foi apresentado no Conselho Participativo e essa questão da perimetral ajudaria muito, assim como a sugestão da duplicação da Avenida Nordeste, dentro das possibilidades.

E, como educador e munícipe, não poderia deixar de falar sobre a questão da acessibilidade. Hoje há pessoas aqui com acesso a este prédio, porque ele é acessível. Vemos

também a intérprete de libras que está tornando viável a possibilidade de outras pessoas poderem participar, entender, ouvir e se fazer entender.

Existe aqui em Guaianases uma estação de trem. Em meu ponto de vista, entendo que o Metrô deveria ter vindo para cá. (Palmas) E essa estação, embora saibamos que seja de incumbência do Estado, porque é CPTM, ela está dentro do Município e do bairro de Guaianases. É inadmissível uma estação desse porte, que é tronco, não ter acessibilidade, não possuir escada rolante ou elevador. Essa situação é inadmissível. (Palmas) Como está dentro do Município, acho que há a possibilidade de se forçar, de alguma forma, a questão da acessibilidade por meio de um documento. O mesmo acontece nos prédios públicos. Muitos deles, como escolas, ainda estão inacessíveis.

Tendo em vista o debate que está na Previdência, no Governo Federal, nossa população está envelhecendo, os idosos se machucam muito fácil.

Muito obrigado, essa é a minha colaboração. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Edinho.

O SR. EDINHO - Boa tarde a todos, cumprimento a mesa em nome do Sr. Josafa Caldas, Subprefeito de Guaianases, que dure para sempre, porque é o quarto subprefeito que vem para cá. O Josafa está aí e, se Deus quiser, vai permanecer. Quero cumprimentar a Terezinha Gianetti em nome de todas as entidades que estão presentes.

A minha contribuição seria em relação a uma visão privilegiada, direcionada especialmente às creches conveniadas. Falou-se muito em empregos aqui. Para dar uma ideia, hoje, as creches conveniadas, que levam a placa da Subprefeitura, ou seja, é um convênio com a Prefeitura da Cidade de São Paulo.

As creches geraram diretamente quarenta mil empregos na Cidade de São Paulo, atendem a 150 mil crianças, em mais de 1.200 creches espalhadas na Cidade. Aqui em Guaianases estão 10% desses empregos, há 189 unidades, atendemos em média trinta mil crianças.

Se cada uma dessas mães de trinta mil crianças arrumou um emprego, dá para ver o impacto que houve na região, porque a maioria das lojas de departamento se instalou por aqui nos últimos cinco a dez anos.

Peço aos Srs. Vereadores e à Câmara Municipal que tenham uma visão diferenciada em relação a esse convênio, porque hoje as creches conveniadas estão tomando muitas, correm o risco de fechar porque nunca terão... É um negócio que está em todas as áreas. Estão espalhadas na Cidade de São Paulo, não só na nossa região. Há necessidade de uma visão diferenciada para esse projeto.

Quero deixá-los preocupados, lá na Câmara Municipal, por conta do marco regulatório que será iniciado no dia 27 de julho, que também é a contagem regressiva para o fim das creches conveniadas na Cidade de São Paulo. Entendam bem, é contagem regressiva. Portanto, se preocupem porque pode acabar e colocar mais de 150 mil crianças, nos próximos cinco anos, na rua.

Obrigado, senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado Sr. Edinho.

Tem a palavra a Sra. Maria Daniela Domingues.

A SRA. MARIA DANIELA DOMINGUES – Boa tarde a todos, gostaria de atentar também para o transporte público que há anos havia um projeto de o Metrô vir para Guaianases, mas foi barrado. Sendo que a maioria da população, que vai para o Centro de São Paulo, trabalhar nas empresas, é daqui. Vocês provavelmente não usam o transporte público, não sabem como é a vinda até Guaianases. Já que há uma linha de trem, poderia ao lado ter o Metrô.

Outra coisa também são os postos de saúde. Creio que não precisa construir mais unidades, precisa fazer funcionar as que já existem. Moro no Jardim Aurora, o posto é superimportante, até que funciona bem, só que há muitas pessoas para serem atendidas. Se o posto do Jardim Etelvina funcionasse também, como funciona o do Jardim Aurora, não seria

tão sobrecarregado e todos seriam atendidos.

Penso também que o dinheiro gasto deveria ser impresso em edital, para que todos nós tivéssemos acesso, assim como as licitações de construtoras, de todos os serviços que vocês e todos os outros governantes, pegam de qualquer outra empreiteira ou serviços terceirizados, que sejam expostos para nós sabermos o que está acontecendo.

Eu também sou da contabilidade...

– Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARIA DANIELA DOMINGUES – Infelizmente.

Mas se nós tivéssemos acesso a tudo o que vocês fazem e gastam, e às licitações de todos os que trazem os projetos para vocês, nós íamos saber se existe ou não caixa dois, porque saberíamos quem ganhou e por que ganhou.

Isso é importante. Deixo aqui a ideia, quem sabe não dá certo?

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Antonia Alves Xavier.

A SRA. ANTONIA ALVES XAVIER – Boa tarde a todos, o meu pedido aqui é pela Saúde, dirigido para que cada um de vocês, Vereadores, subprefeito, ou quem quer que esteja tomando conta de nós, os mais pobres e humildes.

Se formos ao posto de saúde, primeiro: não há um especialista, seja ortopedista, psiquiatra, ginecologista, nada disso. Isso quando tem um clínico. Não sei isso está na urbanização, porque não entendo de nada disso.

Quero deixar bem claro aqui que não faço parte de associação nenhuma, só queria que vocês olhassem com muita atenção esse lado dos médicos, para nós, a população mais humilde e carente. Pelo menos no meu pensamento, vocês são eleitos para isso, para olhar por nós, porque não podemos ir falar com o Governador. Eu não posso ir lá falar com a Presidenta, com o Prefeito, mas os senhores aqui presentes podem. Eu não posso.

É com vocês mesmo, se ganharam é para isso. Infelizmente, se ganharam é para isso. (Palmas)

Também gostaria de pedir pela Segurança, como falou agora há pouco o segurança aqui, que deve tomar conta de nós. Eu preciso acreditar na Segurança porque eu tenho medo da segurança. Eu tenho medo. Não sei quem é o bom segurança e quem não é pelo salário, são muito mal pagos. Os seguranças são muito mal pagos. Os médicos não querem vir para a periferia, porque eles têm medo, são mal pagos, têm medo da discriminação, da violência, não querem vir. Quem paga isso somos nós da população, os mais carentes e humildes.

Então eu acho que quando um vereador ganha, quando um prefeito ganha, quando um subprefeito é designado para cargo tal, é para cuidar da população carente, ele não está ali de graça. Ele não vai sentar ali porque é bonito, não. Ele pode ser lindo, vai ficar mais lindo se cuidar de nós. Estou errada? Se estiver errada, eu ponho o microfone aqui e nem quero mais falar. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Está certo.

A SRA. ANTONIA ALVES XAVIER – Posto de saúde deveria dar, porque é onde nós precisamos deles, e eles precisam ganhar um salário digno, tanto os seguranças policiais quanto os médicos, para cuidar bem de nós, com dignidade, para que nós não tenhamos medo que eles nos matem. Entendeu?

E também gostaria que vocês pensassem com muito, mas um carinho muito grande, pela legalização das casas, porque todo pobre e humilde quer ser direito, mas ninguém está deixando que ele seja direito. Ele quer pagar o seu imposto, quer dormir tranquilo, com a consciência limpa, porque fez a coisa correta. Porque é pobre, mas é digno, quer dormir corretamente, é de boa índole.

O ser humano humilde como eu, eu sou de boa índole e não vai ter ninguém que vai tirar essa índole boa de mim. Eu nasci de boa índole e quero morrer de melhor índole

ainda. Não tem sorrisinho, nem meio sorriso que vai me derrubar não, porque o meio sorriso está lá em cima, com o salário, com convênio que ele pode chegar a hora que quiser. Nós não, nós nem direito a pagar os nossos impostos ninguém nos dá. Tudo o que nós queremos é pagar os nossos impostos. Entendeu?

É ter direito, ter direito. Ser tranquilo. Ser honesto, ser honesto. Dois minutos para eu falar é muito, mas para eu ouvir... Não falo de vocês, quem sou eu para falar de vocês, nem os conheço. Como vocês também não me conhecem. Não sou nada para falar de vocês. Agora, pelo que estou vendo de prosperidade no nosso País para mim não é nada, olha que eu sou muito leiga, venho da roça, não tenho estudo nenhum. O único estudo que tenho é até a quarta série.

Eu não estou alterada, estou nervosa. Eu gostaria que isso fosse olhado com muito carinho.

Também gostaria que vocês olhassem pela Rua Frei Antonio Faggiano, que acredito que é o senhor o Vereador da nossa região. Agradeço muito, mas peço por essa rua, que é travessa da Rua Luiz Mateus, onde passam as peruas, porque não há lombadas. Falo isso pelas pessoas que não sabem.

Meu pai teve derrame, não sei como que ele vai andar, porque ele anda todo tremendo. Como meu pai há vários, há crianças e as pessoas indefesas. Quero pedir ao senhor Subprefeito, que olhe especialmente pela nossa região, por médicos, pelas lombadas, pelo carinho e pelas pessoas indefesas que são os idosos e as crianças.

Também pela legalização das nossas casas, nós queremos ser direitos, nós queremos pagar o nosso imposto, não queremos dever nada para ninguém. (Palmas) Só queremos ter o nosso direito.

Se o senhor me permitir, gostaria de ter uma palavrinha com o senhor. Por gentileza. Muito obrigada, não faço parte de associação nenhuma. Vim para resolver um assunto. Estou abrangendo esses poucos assuntos, nos quais eu tenho uma leve... sou leiga,

totalmente leiga, mas também sou burra.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Mas deu seu recadinho direitinho.

A SRA. ANTONIA ALVES XAVIER – Agradeço e peço desculpas se eu deixei a desejar para vocês. Mas não posso deixar a desejar para mim, para eles e para os mais humildes.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Está bom. Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Aprígio.

O SR. APRÍGIO – Boa tarde a todos, sou morador do bairro há cinquenta anos, nadei e pesquei nesse rio que está aqui atrás e tenho orgulho por isso. Guaianases cresceu muito, a população cresceu, o Município e o Estado não deram conta da questão da Educação, da Saúde. Hoje as nossas vias são precárias, precisamos urgentemente do nosso binário, aqui na Radial, dos viadutos que ligam a Salvador Gianetti.

Precisamos de uma parceria do Governador do Estado também nesse plano, para abrir uma via até o Rodoanel, passando por Ferraz, porque na hora de pico o trânsito trava, ficamos às vezes duas horas do Metrô de Itaquera para chegar a Guaianases, trava. É bom conversar com o Governador também e fazer essa parceria, porque o Governo do Estado de São Paulo também tem compromisso com a Cidade. É muito fácil ser governador, porque sempre cai nas costas dos prefeitos das cidades, parece que o governo do estado não mora no estado, mora na lua. As pessoas reclamam com razão, com razão, mas às vezes os hospitais do Município ficam saturados porque não funcionam os do Estado, e eles também deviam atender.

Outra coisa, a arborização aqui é precária, se você olhar na Salvador Gianetti, só há uma árvore praticamente na Salvador Gianetti, uma árvore bem grande, deve ter cem anos. Então, é necessário arborização. Também precisa usar o espaço da Pedreira para fazer um parque, o nosso povo é carente de lazer. E aquela ponte, que já foi citada, é de suma

importância para a população de Guaianases, porque quando travam as ruas Salvador Gianetti e Luiz Mateus, o povo fica sem saída.

Srs. Vereadores, fiquem atentos: o Corpo de Bombeiros fica lá na Rua Luiz Mateus, e eu moro numa comunidade do outro lado do rio. Pegou fogo na casa de um cidadão, e quando os Bombeiros chegaram, a população já tinha apagado o fogo, se não fosse assim, as crianças tinham morrido, e acontece isso porque não há acesso.

Então é importante a parceria com o Governo do Estado de São Paulo. São Paulo é cercado de municípios e as pessoas dos municípios mais pobres, mais carentes, vêm pra São Paulo, têm um parente, pega o endereço e passa no posto de saúde... Queira ou não queira, a Cidade de São Paulo em termos de Saúde é muito melhor do que outros lugares.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A última inscrita é a Sra. Terezinha Gianetti.

A SRA. TEREZINHA GIANETTI – Acho que este evento não seria o mesmo se eu não falasse. Toda vez que usamos este espaço do CEU, eu sempre preciso falar alguma coisa porque a gente ama este bairro.

Em primeiro lugar, em vez de cumprimentar as autoridades, gostaria de cumprimentar as pessoas presentes. (Aplausos) Como disse o nosso amigo, aqui era para estar cheio. Nós convidamos, ligamos, fomos ao Jardim Moreno, ao Jardim Aurora. Estive lá ontem e disse: gente, as legalizações, esse é um dos assuntos importantes que nós vamos tratar. As pessoas gostam de reclamar dos políticos, mas o povo foi muito convidado a estar aqui, e eu gostaria que os Vereadores soubessem disso. Então parabéns para vocês porque vocês mostram o amor e a cidadania pelo nosso bairro. Os outros reclamam, mas, olhem: vazio.

Quero agradecer ao Josafa, nosso subprefeito, obrigada por estar conosco; ao

gestor do CEU, quantas festas nós fizemos aqui, o senhor é um espetáculo. Vereador Gilson Barreto, antigo na nossa região; eu sou suspeita, meu querido Dr. Paulo Frange, médico; e o Senival, e não é fácil quando as pessoas dizem: o vereador do bairro. Não, o Vereador é da Cidade de São Paulo. O Paulo Frange vê Guaianases como São Paulo; e o Gilson Barreto, não é que é de São Mateus; e quantos votos o Senival teve fora daqui? E isso porque olham pela população de São Paulo.

Cumprimento o meu amigo Dr. Jorge, querido. E contrariamente ao dito aqui, somos o Movimento de Mulheres, e não sou eu, nós somos muito bem atendidos na Subprefeitura. Tivemos o problema abordado pelo Edinho, fomos lá: olha, ele está na rua, mas 13h30 ele estará aqui. Fomos muito bem atendidos, Josafa. Muito obrigada!

Também aproveito para parabenizar a Dona Carmem, minha amiga de cinquenta anos. Dona Carmem, o cemitério é uma vergonha nacional. A Família Gianetti, um dos primeiros túmulos, o da Família Mateus, e era aquela coisa de antigamente quando as famílias iam ao cemitério. Hoje não podemos ir ao cemitério, e ainda mais que está caindo aos pedaços. Eu não culpo, Josafa, queríamos fazer um mutirão, ver quem está na direção, como funciona, para que possamos atualizar, modernizar e transformar em coisa de Primeiro Mundo.

Hoje o Edinho falou das creches, estão de parabéns, são de Primeiro Mundo, também o tratamento das nossas crianças e também os empregos, e falo de Guaianases, a gente responde por aqui.

Agora quero falar do Jardim Aurora. Sou a frequentadora mais assídua do Aurora e do Moreno, praticamente estamos lá diariamente. É de fundamental importância para o Vereador relator saber, é preciso que as pessoas tenham dignidade, como disse a minha amiga. Somos pobres, mas somos limpinhos. Podemos ser loiras, mas somos de pisar na lama.

Somos pobres, mas temos o direito de ter a nossa escritura etc. O Dr. Paulo tentou, mas vocês precisam simplificar. Sei que é difícil, mas pode ser feito. Dr. Paulo, como o senhor

disse uma vez, que cada vila tivesse uma comissão para poder explicar a situação. E vamos lutar para que haja continuidade na Subprefeitura, se não, não dá para fazer nada.

Seria também legalizar os pequenos comércios do Jardim Moreno, o barzinho, a lojinha que abriu porque os alunos precisam de sulfite, e eles querem pagar imposto e o nosso Município poderia ser rico. Seria barato, e cada um quer pagar o seu imposto, ninguém quer ficar invadindo ou que os terrenos sejam doados, e que haja parceria com o poder público.

Por último, falo do emprego. Estamos na beira de Mogi das Cruzes, de Salesópolis, de Suzano, queríamos tanto um entreposto, o cinturão verde está aqui. Seria um entreposto do CEAGESP em Guaianases, haveria geração de empregos, tiraria o trânsito da Marginal. Se tivéssemos em nossa região um entreposto do CEAGESP, não teria necessidade de ir lá longe.

Muito obrigada, é uma honra estarem aqui presentes.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Ouvimos todos que se inscreveram.

Quero então dizer a Dona Antonia que também nasci na roça, lá na terrinha, na Bahia, sou baiano, sei o que é pé na lama. Não é fácil.

Primeiro, quero lhes dizer que conheço bem esta região. Fui Administrador Regional – que hoje tem a denominação de Subprefeito – de 1983 a 1984, em Itaquera-Guaianases. Esses bairros que vocês falaram, eu conheço a fundo, principalmente quando a necessidade primordial era a regularização de ruas. Hoje a maioria está asfaltada.

Sou originário do movimento social. Fui Presidente do Conselho Coordenador da Sociedade Amigos de Bairro do Estado de São Paulo. Ainda bem, conheço bem a questão da periferia.

Há duas questões, senhores: uma é do Executivo e outra é do Legislativo. O Executivo é o Prefeito, Secretários e Subprefeitos, que representam a execução de obras. O Legislativo, os Vereadores legislam, fiscalizam o Executivo, e apresentam projetos, discutem os projetos do Executivo, acompanham de perto o investimento do Executivo. E quando precisa

dar pauleira, dá!

Senival é dos Vereadores mais atuantes, tenho certeza de que cobram dele a sua presença, mas às vezes ficamos presos na Câmara Municipal de São Paulo, e lá estamos defendendo cada bairro porque a lei é pra todas as regiões. Estivemos quinta-feira em Campo Limpo, e a questão de lá é praticamente a mesma daqui. Há duas cidades: a cidade da periferia, que conhecemos muito bem, somos vereadores de periferia; e aquele da Imprensa. Não é o caso de nenhum Vereador daqui, porque cada um conhece os problemas de toda a Cidade.

Temos trabalhado muito. Destas audiências públicas, podíamos fazer apenas cinco ou seis audiências públicas e discutir a Lei do Zoneamento. Mas, não, com o apoio deles, da Comissão, vamos fazer 46 audiências. E se forem necessárias sessenta, nós faremos. Queremos uma Cidade não para meia-dúzia de pessoas, mas uma Cidade para todos.

Por isso são importantes às audiências, e elas não vão terminar aqui. Se necessário for, vamos retomar as conversas, seja na Câmara Municipal de São Paulo ou em qualquer local, e estão todos convidados. Não é porque estão em Guaianases que não estão convidados para irem a São Miguel, ao Itaim, a Vila Formosa, a qualquer lugar.

Dona Áurea, havia 140 quilômetros quadrados para construção de ZEIS, hoje estamos com 180 quilômetros para construção, e se necessário for, nós vamos brigar por mais.

Sobre o cemitério que a Dona Carmem falou, há pedido de CPI na Câmara Municipal. Todos estão sabendo e não é só problema desse cemitério, o problema é geral, está uma tristeza e não é somente neste Governo, vem ao longo de anos. O Vereador Zelão batia nisso, e assim estamos continuando na Câmara.

Falou-se da Pedreira, e confesso que a tendência, que o sentimento da Câmara Municipal de São Paulo é que a Pedreira seja área de preservação ambiental. Claro, vamos discutir com os Vereadores, o Senival tem abordado essa questão, mas o sentimento é que a região se transforme em área de preservação ambiental. Claro, o Presidente e o relator tem

papel muito importante, nós vamos ouvir os interessados para resolvermos a questão da Pedreira.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Deixe-me terminar. Agora a vez é minha, depois nós conversamos pessoalmente.

Não é porque o Prefeito mandou o projeto de lei que vai ficar como está. A Câmara Municipal de São Paulo não está aí para dizer amém a ninguém, nem ao Prefeito nem a ninguém. Amanhã o Subprefeito nos traz uma ideia boa, vamos mudar, nós aceitaremos a ideia. O que for preciso mudar, será mudado. Amanhã, Senival, você vê uma região que precisa de indústria, vamos por indústria lá, por que não? A Cidade não é para meia-dúzia, é pra todo mundo.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Gente, nós damos o instrumento, não somos nós que vamos executar, a execução é do Executivo.

Quero dizer o seguinte: todo comércio – e falo porque sou contador, conheço bem – o comércio, nós resolvemos o problema criando Zona Mista de Interesse Social, porque se fosse só ZEIS 1 o fiscal iria amanhã lá e dizer para tirar.

Zona Mista de Interesse Social concede instrumento legal para legalizar. Depois nós vamos discutir a legalização.

O Sr. Décio falou do zoneamento de uma área que está como ZEIS 2 que, possivelmente, será mudado para a preservação ambiental.

O nobre Vereador Netinho falou que o culpado de ontem não é o culpado de hoje. Por isso estamos aqui ouvindo, sem pressa. Já estivemos de manhã em Cidade Tiradentes, na segunda-feira estaremos na Câmara Municipal tratando do uso e ocupação do solo e licenciamento, que envolve diretamente os comerciantes. Quem for contador, engenheiro, comerciantes, os interessados têm de ir discutir e defender a sua parte. Cada um tem que

defender a sua parte.

Sobre o entendimento do zoneamento, que o Sr. Jorge falou, estamos dando todos os instrumentos, e é fácil entender, saber o que a gente quer que seja feito no nosso bairro, no nosso quarteirão, na nossa rua. O que a gente quer? A gente quer prédio alto na nossa rua? Você quer uma padaria na sua rua? Você quer apenas casas na sua rua? Vocês que vão dizer, e nós vamos cumprir o que vocês pedirem, mas dentro da legalidade. A situação da legalização dos lotes também está sendo tratada.

O Sr. Jorge falou do corredor, de ZEIS. Pode haver ZEIS no corredor, se for marcado no quadro de construir ZEIS naquela área do corredor e também um prédio vizinho de quarenta andares. O que for constado no zoneamento pode ser construído, depende do entendimento, do convencimento dos Srs. Vereadores.

Nós somos árbitros aqui, estamos colhendo todas as informações, analisando e fazendo um zoneamento que seja bom para todos.

Sobre as multas, Sr. Prefeito, tem de esperar o zoneamento. Não pode enviar o fiscal para autuar ninguém, porque é muito justo. A gente sabe que a legislação tem de ser cumprida e, claro, que construção irregular agora também é impossível, todos têm de parar. Para isso, haverá um capítulo na lei de zoneamento que vai cuidar de multas, principalmente, e resolver esse problema.

Existe o sentimento de separar o que é o imóvel, o que é Licença de Funcionamento, de definir essa questão. E quando falaram que a Cidade está irregular, é verdade, 80% dos imóveis da Cidade de São Paulo estão irregulares, e não pode apenas um ou dois pagar o preço nesse momento.

Quanto à regularização fundiária, também estamos dando instrumento para isso. Com todo o respeito, Tody, se o que você falasse aqui não valesse nada eu não estaria aqui, eu não me proporia a isso, pela minha história de vida, e nenhum dos Srs. Vereadores aqui.

Estou no sexto mandato e há 23 anos na Câmara. Pode ser que o que você falou

não seja matéria da lei de zoneamento. Não estou falando que não seja, mas estamos aqui para valer, e não para brincar; com ética, com postura, com conduta, como todos aqui estão.

A questão do posto da Guarda ser longe é administrativa, tem de pegar no pé do Secretário de Segurança para poder remanejar equipamentos para poder atender a demanda.

Na Avenida dos Nordestinos, foram criados os corredores. Está previsto, inclusive, alargar a avenida. Sempre digo que a Cidade está engessada por causa da demora nas obras, mas há perspectiva de melhorar. A lei já foi aprovada pela Câmara. Eu acho que demoram muito essas obras, então, acho que poderia ser aprovado por partes, porque engessa tudo.

Quanto à acessibilidade na estação, a Comissão enviará um ofício ao Governo do Estado para ver se resolve logo essa questão.

Aprovamos uma lei específica para as creches, porque as creches não podem ter Licença de Funcionamento porque são áreas irregulares, construída em loteamentos. Hoje, com a lei, pode manter a creche até em viela, sem problemas.

Questões administrativas têm de ser tratadas com o Executivo. Saúde, todo mundo sabe que está falida, por aonde vamos ouvimos sobre isso.

Quero convidá-los para uma reunião sobre licenciamento, na segunda-feira, na Câmara, às 19h. Isso é muito importante. Depois, quinta-feira e sábado. No *site* da Câmara está disponível a agenda das 46 audiências públicas.

Vou passar a palavra ao nobre Vereador Paulo Frange, Relator, para fazer as considerações que achar necessário.

O SR. PAULO FRANGE – A nossa discussão já foi bem adiantada. Acho que a gente tem algumas situações a falar. Uma delas é especificamente sobre o que o Sr. Edinho falou, uma preocupação com relação às creches.

Primeiro, cuidado, muito cuidado, com a esperança de que marco regulatório resolverá alguma coisa. Quem vos fala é um Vereador que lida com creche há 38 anos. Então, o marco regulatório pode não existir, porque está tramitando um projeto em Brasília e tenho a

impressão de que o Governo está pedindo a Deus que cheguem logo a um consenso e o aprove para tirar do marco regulatório Saúde, Educação e Assistência Social.

A discussão está muito grande, portanto não podemos ficar depositando esperança no marco regulatório. Eu trabalho mais com arroz e feijão. E o que nós fizemos esta semana? Nosso fórum de Educação Infantil completou treze anos e temos um passo grande para contar para vocês. Fizemos uma reunião esta semana na Câmara, levamos à Secretaria de Finanças para poder explicar ao pessoal do fórum. O pedido de imunidade agora é automático, basta entrar no *site*, preenche tudo e você já tem a imunidade garantida por doze meses. Para quem entrar agora, valerá até 31 de dezembro do ano que vem. E no próximo ano, já pode fazer o pedido para o outro ano, o dia que quiser. É automático.

Quem quiser mais informações, entra em contato com o gabinete. A reunião foi muito importante. Estamos redigindo um documento para enviar a todas as creches de São Paulo, e os quatro responsáveis pela Secretaria de Finanças nessa área fizeram de forma muito técnica, muito propositiva, ficou muito bom. Isso resolverá um grande problema das creches, que muitas vezes ficavam penduradas com a documentação por causa dessa situação.

Com relação às creches, São Paulo está aumentando a possibilidade de construir creches inclusive em parques municipais criados pelo Executivo. Mas existe sempre a figura do contra. Alguém falou que agora vamos sair destruindo o verde para construir tudo em cima. Mas na lei diz o seguinte: “É vedada a instalação de equipamento público social em parque natural municipal existente, em planejamento, ou em implantação”.

“No parque municipal criado pelo Executivo, poderá ser admitida a instalação de equipamento público social e municipal, mediante a análise caso a caso”.

E quanto representa isso? Representam setenta, oitenta equipamentos sendo creches, unidades de saúde, tudo. Isso dá 35.000 m² de construção para a Cidade inteira, estudando caso a caso, sem impacto no meio ambiente, porque foram ampliadas as nossas

reservas verdes e demarcada a zona rural de São Paulo para impedir a expansão da mancha urbana sobre a mancha rural. Portanto, estamos seguros do que está sendo feito.

Em função dessa história da escola parque, nasceu o CEU. A história do CEU vem de uma experiência histórica de fora do Brasil, onde todas as instituições tinham escolas dentro de parques e, ao mesmo tempo, começava a ter uma atividade de esporte, estava tudo completo, pois conseguimos agregar tudo num equipamento. Portanto, não há problema com relação a isso.

Com relação a essa discussão que o senhor levantou, ficará dissociado o imóvel da atividade, desde que a atividade comprove segurança. Não havendo segurança, não há como funcionar.

Uma situação que foi abordada aqui rapidamente pelo Decio sobre aquela área de Guaianases que está como ZEIS 2, nós vamos repensar, discutir com a Secretaria do Verde para repensar se aquele adensamento humano não é ruim, pois eles estão longe demais dos eixos de transporte e, de repente, estamos deslocando as pessoas novamente a lugares onde não haja sistema de transporte e, depois, teremos que inventar mais uma forma de transportá-las: de repente, a ZEIS 4; de repente, uma parte em Zepam; ou uma zona mista ambiental. Vamos estudar melhor o que pode ser feito e, com certeza, isso será informado a você.

Todos os que se inscreveram aqui têm o protocolo eletrônico, que já está inserido no *site*, onde encontrarão a resposta para tudo isso.

Outras situações que foram faladas aqui, algumas de regularização, ponte etc, não ficarão sem respostas. Não temos como resolver na lei de zoneamento, mas vamos transformar isso numa indicação para o Executivo, assinada por todos os membros da Comissão e, eventualmente, os Vereadores que estavam na reunião, para que o Prefeito tome as providências.

A discussão das igrejas é a mesma situação, pois está sendo feito um trabalho das igrejas com a Câmara. Isso está na lei do Plano Diretor, onde teremos uma lei específica, uma

vez que não tem mais o impeditivo de construir em sistema de via local, coletora ou estrutural. Agora o conceito vale para a Cidade inteira. Gostei muito do que foi dito aqui e é importante repetir: a lei vale para a Cidade inteira, o conceito é um para a Cidade inteira. O que se pode construir aqui pode se construir também nos Jardins. Não vamos tratar a Cidade como se fosse Cidade do rico ou Cidade do pobre o bairro da periferia. É um conceito só.

Maria José, você está brava com toda razão.

– Fala fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – É, mas a situação da multa da calçada já está bem resumida agora. Maria José, a situação da pedreira nós vamos estudar com todo carinho. Eu tenho já...

– Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Minha comadre, deixe terminar.

O SR. PAULO FRANGE – Deixe só explicar qual é a situação. Essa é uma pedreira que tem uma história que todos conhecemos bem. Quem aqui não conhece as histórias do Vicente Mateus?

– Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Calma, comadre. Depois a gente conversa.

O SR. PAULO FRANGE – Deixe explicar, porque a gente conhece a história da pedreira desde 2000, que a gente já fez muito, inclusive...

– Fala fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Então, Maria José, eu estou exatamente do seu lado. Deixe eu ficar do seu lado. Eu estou do seu lado, não estou falando o contrário, não. Por mim não haveria pedreira ali, não tem razão de ser. Acho que a grande contribuição que a pedreira deu até agora...

– Fala fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Deixe-me falar, Maria José, senão as pessoas não vão entender, vão achar que eu estou falando bobagem. A grande vantagem da pedreira foi que, no início do governo Marta Suplicy, nós viemos para cá e nós não temos medo de helicóptero, não, e num dos passeios por aqui encontramos um baita buracão e o Córrego Itaquera ao lado. Alguém disse o seguinte: “Nossa, olha quanta água! E esse baita buracão!” O buracão tinha um milhão de metros cúbicos. Aí foi dito para a Prefeita Marta Suplicy: “É o maior piscinão do mundo e custa nada, é só colocar uma comporta e, quando o Córrego Itaquera encher, joga a água no buracão, depois as bombas jogam a água para fora e nós vamos ter isso resolvido”. Não é que deu certo e isso aconteceu? Não fui eu que mostrei a pedreira, mas na época eu estava no mesmo voo que estava vendo o tal buraco para transformar num piscinão, porque não tinha como conter as águas daqui.

A situação dessa pedreira...

– Fala fora do microfone.

O SR. PAULO FRANGE – Não é essa a pedreira. Eu estou contando a história da pedreira.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Um minutinho.

O SR. PAULO FRANGE – A outra pedreira, até porque a representante do Executivo, quando veio aqui, a gente também ficou em dúvida sobre qual pedreira vocês estavam falando.

Essa outra pedreira é um problema, primeiro porque ela tem uma porta para o lado de Itaquera, segundo porque ela tem uma porta para o lado de Guaianases. Existe uma malandragem que, quando a fiscalização fecha a porta de Itaquera, ela sai por Guaianases; quando fecha a de Guaianases, ela sai por Itaquera. É difícil segurar quando a pessoa não quer fazer direito, então eu acho que tem toda a razão essa ação no Ministério Público.

Nós vamos atualizar as suas informações, saber em que pé isso está hoje, para tratar, porque é muita responsabilidade, tanto do Executivo como nossa, delimitar e detalhar no

Plano exatamente o que pode ser nessa região. Se toda a área for desenhada como ZPDS, a atividade pode ser tratada dessa forma, mas nós precisamos saber: tratada até quando?

Outra situação que está sendo definida, a discussão de todas as pedreiras de São Paulo. Inclusive boa parte delas nunca foi mexida, mas pode ser tratada como pedreira. Qual destino será dado quando essas atividades deixarem de existir? Tem uma bem ao lado do Itaquerão e está saindo um empreendimento imobiliário maravilhoso lá, e não está sendo construído por nenhum franco atirador, mas por Adolpho Lindenberg. Itaquera entrou no padrão de primeiro mundo, padrão de Faria Lima. São duzentos mil metros quadrados.

Outra coisa que não podemos deixar de falar é quanto à simplificação. Boa parte do que foi aprovado no Plano Diretor já está valendo. Onde está escrito que é Zona Eixo já está valendo. A lei é autoaplicável. Aqui, na Lei de Zoneamento, nós queremos colocar o máximo possível da realidade de São Paulo, para não ficar discutindo anistia, porque muitas das situações serão autoaplicáveis. Onde está Zona Mista de Interesse Social, ou está contemplado como Zona Mista, se tiver uma atividade comercial que antes não podia, agora pode. A pessoa vai ter que buscar o pedido de regularização na subprefeitura, aí com a lei clara.

Se no terreno pode construir quinhentos metros e o camarada tem construído quinhentos metros numa zona que hoje contempla a atividade dele, pronto, ele vai (ininteligível) e sair com o alvará na mão. Agora, se ele construiu 520, o prédio está irregular, a atividade está no lugar que pode, então ele vai continuar funcionando, mas o prédio vai ter que regularizar os vinte metros a mais. Aí ele só vai poder fazer isso quando surgir uma anistia.

Eu vou tranquilizar vocês: no ano que vem não pode aprovar anistia, porque é um benefício numa Cidade que vai estar em eleição. Se fosse uma lei estadual para o município, ela poderia ser votada no ano que vem. Quando é do município para o município, não pode apresentar anistia no ano que vem. Então, para aqueles incautos... Eu já ouvi muito isso: “Estamos negociando por causa das anistias do ano que vem”. No ano que vem o município

não pode aprovar anistia. Não podemos fazer anistia em ano de eleição para prefeito e vereador, como também não pode ter anistia de ICM, que é do estado, em ano de eleição de governador.

Por isso nós estamos fazendo todo esse trabalho para contemplar o máximo possível nessa lei, para que sobre quase nada para anistia. Não é que nós estamos anistiando. Nós estamos criando os conceitos e vamos tentar integrar a cidade real, para evitar ao máximo ficar esperando anistia. Tem muita gente vendendo anistia. Não deixe, não compre. Não existe isso agora. Nós temos agora que tratar da Lei de Zoneamento para colocar todos dentro da mesma lei na cidade toda.

Quero agradecer o carinho de todos vocês, principalmente do pessoal que veio e do que nos acompanha pela internet. Falando em internet, nós já temos mais de 52 mil acessos em dez dias de *site* no ar. É muito importante a contribuição de vocês. Não deixem de olhar, de buscar informações.

Agradeço ao pessoal da Câmara, da Comissão de Política Urbana, da Informática, da Procuradoria, da Guarda Civil, todo o pessoal da Câmara que acompanha esse trabalho todo sábado, até o final do ano.

Yamaguti, muito obrigado pela sua presença, que nos deixa muito seguros, porque é muito bem preparada tecnicamente e, quando a gente fala bobagem, ela já faz o sinalzinho. Estamos aprendendo muito com vocês e queremos construir essa lei da forma mais útil para São Paulo, e mais compreensível.

Vereador Senival Moura vai estar conosco acompanhando esse projeto. Tudo que for dessa região nós vamos também tratar com ele, que conhece a região mais do que muita gente e com certeza tem muito a contribuir.

Muito obrigado ao Subprefeito Josafa. Ao Denilson, Diretor do CEU, muito obrigado por ceder este espaço maravilhoso que vocês têm aqui. Aliás, o número um. Muito obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Para encerrar, quero agradecer a vocês, às entidades presentes...

– Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vereador Senival Moura, por favor.

O SR. SENIVAL MOURAN – Sr. Presidente, é para agradecer a presença de todos que trouxeram suas contribuições. É muito importante e muito positivo. Temos que registrar que esta é uma audiência pública que trata especificamente do zoneamento e tenho certeza de que o número de pessoas presentes é representativo. São pessoas que saírem de casa num sábado, com um frio desses, e vieram aqui determinadas. Isso é muito positivo e, do meu ponto de vista, é um número considerável de pessoas, então agradeço a todos pela presença.

Quero falar duas coisas rapidamente. Primeiro, a questão do cemitério. Uma coisa é não ter vaga, outra coisa é dizer que o cemitério está jogado às traças, porque foi feita reforma lá. Todas as vias do cemitério que eram sobre pedras quatro, cinco, pontiagudas, que o povo tinha que tomar um cuidado imenso para transitar ali dentro, furavam até os pés, hoje está tudo pavimentado, tudo bonitinho, foi feita reforma. Inclusive abrimos uma rua que faz ligação do bairro Jardim Bandeirantes com Vila Chester, que vai fazer ligação também com a Estação Guaianases, para desafogar o trânsito naquela região. Tudo foi obra feita recentemente e contemplando a melhoria do cemitério, ou seja, fizemos toda uma benfeitoria lá, pintura. São duas unidades. Tem o cemitério público e tem o cemitério privado. Eu estou falando do cemitério público, que é o Cemitério do Lajeado.

Respondendo ao menino que falou sobre o transporte público, que é uma coisa importantíssima, ao Tody...

– Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Depois a gente conversa pessoalmente. Senival.

O SR. SENIVAL MOURA – É o cemitério público. São duas unidades.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – No final a gente conversa.

O SR. SENIVAL MOURA – Sobre a questão do transporte público, quero registrar que nem fiscal nem motorista nem ninguém altera qualquer itinerário sem autorização do SPTrans. É muito positivo que encaminhem para a gente todas as sugestões, abaixo-assinados. Com esses instrumentos na mão nós conseguimos, no SPTrans, dizer que tem um problema e, justificando, alterar o itinerário e fazer o atendimento mencionado aqui por ele. Basta apresentar isso para a gente. As alterações feitas lá foram feitas para ajudar a população, foram positivas, todas elas. Se tiver um trecho desatendido, basta trazer. Pode ter certeza de que, se estiver desatendido e for comprovado, a gente vai consegue atender da melhor forma possível.

Finalizando, foi citada também a ponta que liga justamente a Luís Mateus com Vila Solange. É um projeto antigo de minha autoria, já apresentei emendas na Câmara Municipal, está em Siurb, é prioridade do Governo e vai fazer. Legal?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Só para informar, o pessoal está questionando sobre Segurança nos velórios, que estavam assaltando gente à noite, na hora do velório. Mas depois nós conversamos.

Quero agradecer à Dra. Rosana Yamaguti. Ela ia falar um pouco mais, mas nosso horário de encerrar é às 17h, então na próxima oportunidade ela vai falar dos planos regionais, da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Muito obrigado ao Prof. Denilson Delfino, gestor do CEU, pelo carinho e pela atenção especial quando a Câmara requereu o espaço. Subprefeito Josafa Caldas de Oliveira, obrigado pela atenção especial. Enfim, obrigado a todos os presentes que nos aguentaram até agora.

Quero convidá-los para as próximas audiências públicas. Nós não vamos ter pressa de levar para os vereadores a Lei de Zoneamento fechadinha, organizada enquanto não

chegarmos a um bom termo.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada a 4ª audiência pública da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Convido todos para as próximas audiências públicas. Muito obrigado. Que Deus nos ilumine e nos conduza aos nossos lares.

Estão encerrados os nossos trabalhos. (Palmas)